



Departamento de Sociologia

Origens, destinos e trajectórias de classe:
Uma análise exploratória da mobilidade
social em 2 gerações de portugueses

Vasco Miguel dos Santos Ramos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadora:
Professora Doutora Karin Wall, Investigadora Coordenadora
Instituto de Ciências Sociais

Junho de 2011



Departamento de Sociologia

Origens, destinos e trajectórias de classe:
Uma análise exploratória da mobilidade
social em 2 gerações de portugueses

Vasco Miguel dos Santos Ramos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em Sociologia

Orientadora:

Professora Doutora Karin Wall, Investigadora Coordenadora
Instituto de Ciências Sociais

Junho de 2011

Resumo

Diversos estudos demonstram a manutenção de elevados níveis de desigualdade na sociedade portuguesa, com a situação da família de origem a influenciar fortemente a trajectória social dos indivíduos. Tendo como pano de fundo as significativas alterações que enquadram a modernidade portuguesa, o objectivo central do estudo é analisar a mobilidade social, a partir da investigação comparativa das trajectórias de classe social de portugueses nascidos em diferentes gerações. Parte-se de uma perspectiva teórica sobre as classes sociais, que as entende como um conjunto de agentes que ocupam posições aproximadas, num sistema pluridimensional de desigualdades, e valoriza-se uma perspectiva sobre o percurso de vida que reconhece a importância central dos constrangimentos estruturais, mas não os assume como um determinismo, salientando a necessidade de os analisar longitudinalmente. Usando dados do projecto "Trajectórias familiares e redes sociais: a trajectória de vida numa perspectiva intergeracional" examinam-se comparativamente trajectórias de classe seguindo o percurso de vida. Utiliza-se uma metodologia inovadora que recorre à análise sequencial procurando estabelecer uma relação entre tempo histórico e mobilidade social. Comparam-se trajectórias de classe dos indivíduos em função das suas origens de classe, visando relacionar mobilidade, geração e género. Conclui-se que a desigual distribuição de recursos, materiais e escolares, continua a ser fulcral para a compreensão das trajectórias de classe e de mobilidade social, embora se observem diferenças geracionais consideráveis nos mecanismos de reprodução das desigualdades. Para além da importância da classe social de origem, a desigual distribuição das qualificações escolares, em particular das mães, revela-se decisiva para compreender a mobilidade.

Palavras-chave: Classes Sociais; Mobilidade Social; Desigualdades Sociais; Trajectórias de Classe; Análise de Sequências.

Abstract

Several studies have shown the maintenance of high levels of inequality in the Portuguese society, with the situation of the family of origin strongly influencing the social trajectory of the individuals. Taking as a backdrop the significant structural changes that frame Portuguese modernity, the central objective of the study is to analyze social mobility, using a comparative investigation on the social class trajectories of Portuguese men and women born in different generations. The starting point is a theoretical perspective on the social classes. This perspective is combined with an outlook on the life course that recognizes the central importance of the structural constraints, but points out the necessity of analyzing those effects longitudinally. Using data from the “Family trajectories and social networks: the life course in an intergenerational perspective” project, social class trajectories are examined comparatively, following the life course of each individual. An innovative methodology is used; it resorts to the sequential analysis of states, trying to establish a relation between historical time and social mobility. Social class trajectories are compared based on class origins, aiming to understand the relationship between mobility, gender, and generation.

It is concluded that the unequal distribution of resources, material and educational, remains central to understanding the trajectory of class and social mobility. However, there are significant generational differences in the mechanisms through which social inequality is reproduced. In addition to the importance of social class of origin, the unequal distribution of school qualifications, in particular of mothers, is increasingly important to understand mobility.

Keywords: Social Class; Social Mobility; Social Inequality; Class Trajectories; Sequence Analysis

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora, Karin Wall, o seu aconselhamento atento, rigoroso e sempre motivador.

Agradeço à Sónia a paciência que só o amor justifica.

Gostaria de dedicar este trabalho à memória do meu avô materno, Joaquim Duarte dos Santos.

Índice

Introdução	1
Capítulo I - Classes e Mobilidade Social	3
Perspectivas Clássicas sobre Classes Sociais.....	3
Desenvolvimentos teóricos, contestação e crise do conceito de classe social	6
De volta ao conceito de classe social.....	11
Sociologia das classes sociais e mobilidade social em Portugal	15
Capítulo II - Questões metodológicas	17
Objectivos.....	17
Modelo de análise e Hipóteses	17
Dados e metodologia.....	18
Capítulo III – Trajectórias de Classe e Classe Social de Origem	23
Trajectória de classe social	23
Tipos de trajectória	24
Trajectórias de género e trajectória de geração.....	25
Classe Social de Origem.....	28
Importância da Origem Social na Trajectória de Classe	31
Conclusão	37
Bibliografia	41
Anexos	45
Anexo A – Matrizes de Classificação dos Lugares de Classe	45
Anexo B – Tabelas e figuras adicionais.....	47
Anexo C – Inquérito por Questionário (apenas as partes utilizadas neste trabalho).....	51

Índice de Figuras e Tabelas

Figura 1 - Tipos de Trajectórias de Classe.....	24
Figura 2 - Tipos de trajectória de classe segundo a geração e o género	26
Figura 3 - Tipos de trajectória de classe segundo a geração e o género	28
Tabela 1 - Classe Social do Grupo Doméstico de Origem	29
Tabela 2 - Escolaridade do Grupo Doméstico de Origem	30
Tabela 3 - Relação entre origem social e trajectória de classe, por geração.....	32
Tabela 4 - Predictores das trajectórias de classe.....	35

Introdução

É inevitável encetar uma abordagem sociológica à sociedade portuguesa mencionando as significativas alterações que a mesma sofreu nos últimos 35 anos. Eventos e processos como a Revolução de 1974, o fim da guerra colonial e subsequente descolonização, a democratização e a integração no espaço europeu marcaram definitivamente a vida em Portugal. Sob o pano de fundo de processos mais vastos, também a estrutura económica e do mercado de trabalho sofreram alterações consideráveis. Uma sociedade outrora ainda fortemente rural deu lugar a uma sociedade mais urbanizada, alterando profundamente a estrutura da população activa, agora dedicada maioritariamente aos serviços e, em menor grau, à indústria. As transformações na sociedade portuguesa ocorreram ainda em diversos domínios como, por exemplo, na vida privada, com o aumento do trabalho feminino, a informalização das relações conjugais, o adiamento do calendário da fecundidade e diversificação dos percursos de vida.

Apesar das significativas transformações que a sociedade portuguesa sofreu nos últimos 35 anos, um recente relatório da OCDE (2010) concluiu que as desigualdades sociais continuam a ser muito vincadas na sociedade portuguesa. Na comparação entre países, o relatório salienta a importância central das qualificações nos processos de mobilidade social e observa uma relação positiva entre mobilidade e menores desigualdades sociais. Outro estudo (Farinha Rodrigues *et al.*, 2011) aponta para um incremento da desigualdade de rendimentos na sociedade portuguesa, muito embora se verifiquem progressos, no diz respeito à percentagem de indivíduos em situação de pobreza, por efeito das transferências sociais. Estes dois estudos analisaram a desigualdade essencialmente em função da distribuição dos rendimentos e salários.

Em finais dos anos 90 do século XX, estudos levados a cabo por investigadores portugueses (Mendes e Estanque, 1998; Villaverde Cabral, 1998, Machado e Costa, 1998), verificaram que a mobilidade social absoluta é elevada na sociedade portuguesa. Dois factores foram determinantes para este elevado grau de mobilidade: o abandono do trabalho agrícola e a passagem para a indústria e serviços; a democratização do sistema de ensino. Mas apesar de a mobilidade ser elevada, tanto Villaverde Cabral como Mendes e Estanque concluem que não se verifica uma alteração significativa de posições relativas ocupadas pelos indivíduos na estrutura da sociedade portuguesa, quando comparadas com a que os pais ocupavam. As mudanças resultariam em grande medida das transformações da economia e menos da abertura da sociedade ou do aumento de oportunidades.

Tendo como pano de fundo as mudanças ocorridas na sociedade portuguesa, o objectivo central do estudo é analisar a mobilidade social, a partir de uma investigação comparativa das trajectórias de classe social de portugueses, nascidos em duas gerações diferentes, correspondentes a contextos sociohistóricos distintos. Esta pesquisa tem quatro objectivos específicos. O *primeiro objectivo* passa por examinar as trajectórias de classe, seguindo o percurso de vida dos indivíduos. O *segundo objectivo* é o de saber em que medida a origem de classe tem um impacto sobre as trajectórias de classe social dos indivíduos. O *terceiro objectivo*, que permeia os dois anteriores, é o de perceber em que medida as variáveis género e geração condicionam as trajectórias de classe, bem como a relação entre classe social de origem e trajectória de classe.

Recorremos a dados quantitativos proveniente do Projecto "Trajectórias familiares e redes sociais: a trajectória de vida numa perspectiva intergeracional" (financiado pela FCT, coordenado por Karin Wall, no Instituto de Ciências Sociais).

Os conteúdos desta dissertação de mestrado estão organizados em 3 capítulos: o primeiro capítulo faz um ponto da situação teórica no diz respeito aos principais conceitos utilizados; o segundo capítulo contém as notas metodológicas, bem como as nossas hipóteses de trabalho; no terceiro capítulo apresentam-se os resultados e posteriormente elencam-se as conclusões mais relevantes, bem como se apontam algumas pistas para o posterior desenvolvimento desta análise.

Capítulo I - Classes e Mobilidade Social

Perspectivas Clássicas sobre Classes Sociais

A produção de literatura sociológica sobre a problemática das classes sociais é vastíssima e foi, durante o século XX e início do século XXI, organizada essencialmente em torno de duas tendências: uma tradição marxista e uma tradição weberiana. Savage (2000) defende que a hegemonia do conceito de classe se deve à influência política e intelectual do marxismo. Marx descreveu a sucessão de diversos modos de produção e as relações sociais e políticas subjacentes aos mesmos, sendo que, no capitalismo, a burguesia ocupa a posição dominante, detendo os meios de produção, e o operariado é explorado, dependendo da venda do seu trabalho.¹

O principal contributo de Marx foi o de demonstrar que a *exploração* era um princípio estruturante das relações sociais de produção, sendo a existência de classes a contradição social mais importante.² No entendimento de Marx, as classes sociais deviam ser entendidas como as diferentes posições sociais ocupadas face aos meios de produção, sendo por isso relacionalmente constituídas e interdependentes. Na sua análise concluiu que a luta de classes é o motor da história, uma vez que é do conflito entre se produz a mudança social. Mas sendo certo que as classes sociais tinham um papel central na sociedade e na sua transformação, Marx não teve oportunidade de as definir de forma detalhada e precisa, usando-as ora como conceito analítico ora como conceito histórico (Crompton, 2008: pp. 30). Por esse motivo, durante longo tempo os debates no campo marxista foram em torno da (re)definição precisa das classes sociais (ver Silva, 2009: 51 ss), nas condições do capitalismo, em particular em torno do problema da teoria do valor-trabalho e da diferença entre trabalho produtivo e não produtivo (Savage, 2000).

Com a ascensão do trabalho não manual, qualificado e baseado no manuseamento e difusão de informação, foi-se tornando cada vez mais difícil discernir o que é, de facto, produção dos restantes mecanismos de funcionamento da sociedade capitalista. Não negando a divisão da sociedade capitalista em classes sociais, a verdade é que diversas correntes do marxismo (teoria crítica, gramsciana, etc.) foram afastando o seu olhar das classes, concentrando-se mais nas questões da

¹ Marx (1980) reconhecia a existência de uma pluralidade de classes e fracções de classe mas considerava que burguesia e proletariado eram as classes essenciais para entender a dinâmica do capitalismo. Entendia que o desenvolvimento da exploração no capitalismo levaria a uma polarização entre estas duas classes. A transformação da sociedade seria inevitável, pois a intensificação do conflito entre as classes e as constantes crises de sobreprodução do sistema capitalista, levariam a uma superação do capitalismo, substituída por uma sociedade comunista desprovida de propriedade privada e logo de classes, por via da acção consciencializada e organizada da classe operária.

² Para além de se apropriar da mais-valia produzida pelas classes dominadas, as classes dominantes sujeitam-nas política e ideologicamente.

ideologia, do consumo e/ou da cultura. No entanto, autores como Wright (1985, 1997) mantiveram um foco nas classes sociais e na noção de exploração, considerando-a como uma forma específica de opressão ligada ao emprego. Wright começou a utilizar as qualificações e o poder organizacional como geradores de vantagem/poder para os seus detentores. Desta forma, a análise das relações de classe alarga-se das relações de produção materiais para as relações de distribuição de outros recursos. Tal como refere Estanque (1999: pp. 149), “se nas actuais sociedades a única forma de exploração fosse de tipo capitalista, todos os assalariados pertenceriam à classe operária”.

A perspectiva que Wright tem vindo a desenvolver recorre pois a três ordens de exploração:³ a posse de propriedade privada, a posse de credenciais/qualificações; e a posse de autoridade/recursos organizacionais. Manteve-se a ênfase nas relações de exploração (agora de diversos tipos de recursos) salientando que assim é possível analisar a estrutura de classes, captando novas formas de subordinação resultantes do desenvolvimento do capitalismo.

Esta expansão das ordens de exploração tem sido apelidada de uma tentativa de “weberianizar” o marxismo, que não é isenta de algumas incongruências (Estanque, 1999)⁴. De facto, é sabido que Weber analisava a desigualdade na distribuição de poder distinguindo entre classe, estatuto (status) e partido (Weber, 1995). A classe referia-se à esfera económica, o estatuto à esfera social e o partido à esfera política. Embora defendesse que estas três esferas podiam ser analisadas autonomamente, Weber considerava que a sua articulação era essencial para compreender e explicar a desigualdade social. Na definição weberiana de classe era considerada a esfera da produção mas também a ordem normativa, as práticas cognitivas e as oportunidades no mercado: “situação de classe e classe referem-se apenas aos mesmos (ou similares) interesses que um indivíduo partilha com outros. Em princípio, os vários poderes de disposição sobre bens de consumo, meios de produção, patrimónios, recursos e qualificações constituem, cada um, uma situação particular de classe” (Weber citado em Silva, 2009, pp. 61). Na estruturação das classes operam as combinações de posições de maior vantagem ou desvantagem face aos recursos enunciados e poder que lhes está associado.

Weber não dá um papel exclusivo à posse de bens materiais na ocupação dos lugares de classe, embora lhes reconheça um lugar-chave nas condições de uma sociedade capitalista. Enquanto as classes, no sentido económico, se caracterizam essencialmente pela relação com a propriedade, já os

³ Segundo Estanque (1999) Wright inspirou-se em Roemer, autor que considera que, à partida, exploração e classes são fenómenos independentes, podendo existir classes sem exploração e exploração sem classes. Para Roemer, a desigual distribuição de recursos e a troca de bens no mercado bastavam para gerar transferência de mais-valia. É através de um modelo económico em que exista mercado de trabalho que se gera um processo de correspondência entre classes e exploração.

⁴ A ausência de nexo relacional entre os tipos de exploração; e o facto de a equiparação do nível de importância entre estes três tipos de recursos relativizar a posse de propriedade, que é a única relação em que de facto existe relação de interdependência entre explorador e explorado. No entanto, parece-nos que Wright mantém que a posse de propriedade é o critério de maior importância.

grupos de estatuto se relacionam com a ordem social, sendo definíveis por partilharem uma cultura, um modo de vida e uma identidade comum. Reconhece também a existência de uma frequente sobreposição entre os eixos de diferenciação social, o que possibilita que se conceba que os grupos de estatuto possam ser reconhecidos não apenas pelas suas posses mas pelo seu estilo de vida, pela estima, consideração e prestígio de que gozam junto da comunidade. Esta última afirmação pressupõe que, apesar de poderem ser analiticamente destrinchados, existe um assinalável grau de convertibilidade entre as diferentes ordens de recursos de que os indivíduos podem dispor e mobilizar.

Tanto as classes, em sentido económico, como os grupos de estatuto, como ainda os partidos, se caracterizam por relações conflituais com o objectivo de controlo sobre recursos materiais e simbólicos. Isso conduz a que os diferentes grupos sociais desenvolvam estratégias de monopolização dos recursos, que podem ter expressão através do fechamento do grupo. A combinação das ordens de recursos complexifica o modelo analítico das desigualdades. A sua separação conceptual não implica uma total divisão entre elementos simbólicos e materiais: na essência é a natureza dos seus mecanismos de funcionamento e distribuição que os distingue. Segundo Silva (2009), a concepção ampla, plural, multidimensional do conceito de classe é o contributo mais relevante de Weber para a teoria das desigualdades sociais e para a análise da distribuição do poder na sociedade capitalista. Em concreto, Weber identificou, em função dos recursos e dos lugares possíveis, as seguintes classes: classe trabalhadora; pequena burguesia; técnicos especialistas e gestores de baixo nível; classes privilegiadas pela propriedade e educação (Crompton, 2008: pp.33).

Vários autores neoweberianos, como Dahrendorf, Touraine ou Parkin, prosseguiram o esforço de conceptualização e classificação das classes sociais. No entanto, as abordagens desenvolvidas por estes autores têm, por vezes, incidindo demasiado sobre os modos de acção estratégicos da classe ou sobre o poder e as relações de dominação, desvirtuando a pluridimensionalidade da visão original de Weber, em particular por incorporarem uma desvalorização relativa do domínio económico. Outras abordagens às classes sociais e aos fenómenos da mobilidade/recomposição das estruturas sociais, como as desenvolvidas por Goldthorpe *et al.* (1969, 1992) têm preservado uma relação com o domínio económico e tido uma razoável vitalidade, em termos de produção empírica.

O enfoque neoweberiano de Goldthorpe apresenta-se frequentemente como uma perspectiva “equilibrada” que explora e procura complementar as fraquezas de outras abordagens (sejam o marxismo ou as teorias da estratificação). No entanto, como observa Savage (2000), as análises inspiradas pelo modelo de Goldthorpe ganham consistência interna à custa de uma crescente dificuldade em se ligar com outras tradições e interesses conexos à análise das classes sociais.

Desenvolvimentos teóricos, contestação e crise do conceito de classe social

Tendo sido um conceito amplamente debatido e aprofundado teoricamente até meados dos anos 80 do século XX, é inegável que o conceito de classe social tem perdido alguma da centralidade que teve outrora. Há razões e motivações diversas para que tal tenha sucedido. A contestação mais vincada à utilidade e à actualidade do conceito de classe social vem de longe e tem origens diversas: nas teorias da sociedade pós-industrial (Nisbet, 1959; Bell, 1973); ou nas teorias dos valores pós-materialistas (Inglehart, 1997). Rotulado de conceito anacrónico e ultrapassado pela modernização das sociedades, que potenciaria a igualdade de oportunidades através de uma progressiva ruptura com mecanismos de hereditariedade social, foi frequentemente substituído pelo conceito de “estrato” na abordagem da desigualdade social. Essa posição é defendida em especial pelas teorias funcionalistas segundo as quais, nas sociedades modernas, a noção de mobilidade social resulta dos princípios de igualdade de oportunidades e da eliminação da reprodução mecânica, por hereditariedade, das antigas ordens sociais e da desigualdade que lhes era característica.

Bertaux (1997) refere-se aos processos de mobilidade social como sendo parte da regulação e do próprio metabolismo das sociedades. A mobilidade pressupõe a existência de formas de diferenciação social e a existência de uma estrutura social, assente em princípios de categorização dos indivíduos, que delimitam grupos ou categorias sociais com alguma dose de permeabilidade (Merllié e Prévot, 1997). Caso não existisse permeabilidade na estrutura social, estaríamos de falar de imobilidade social, situação que remeteria para a existência de castas, mais do que grupos ou classes.

A mobilidade social tem sido analisada com recurso ao percurso socioprofissional dos indivíduos, remetendo para uma análise das posições ocupadas na estrutura ocupacional pelos indivíduos e seus progenitores, frequentemente partindo de matrizes teóricas funcionalistas, que concebem a estrutura social como essencialmente estratificada e não dividida em classes (Grácio, 1997). Num dos estudos fundadores do estudo da mobilidade social, Sorokin (1994) notava que, apesar da complexificação da sociedade e da pluralização das diferentes ocupações, continuava a ser mais provável que um descendente seguisse a ocupação dos progenitores do que qualquer outra. Notava ainda que o desenvolvimento da sociedade capitalista tinha incrementado as possibilidades de mobilidade social e que esta permitia um recrutamento crescentemente meritocrático. Noutro trabalho fundador desta temática, Lipset *et al.* (1994), utilizando igualmente uma análise da estrutura ocupacional, observavam a existência de fluxos de mobilidade relativamente altos e de magnitude semelhante em diferentes países industrializados. Ambos os autores destacavam a importância das qualificações escolares na ascensão social dos indivíduos oriundos de grupos sociais desfavorecidos, funcionando os mecanismos de mobilidade como válvula de escape para a conflitualidade social, que resultaria de um fechamento das posições sociais melhor remuneradas e de mais elevado estatuto.

A análise da mobilidade intergeracional recorre usualmente a modelos estatísticos em que se cruza, recorrendo a tabelas de contingência, a posição de classe dos progenitores (origem) com a

posição de classe dos descendentes (destino). Aqui é essencial que se destrinche a *mobilidade absoluta* da *mobilidade relativa* (fluidez social). Enquanto a *mobilidade absoluta* contabiliza todas as transferências entre formações de classe, a *mobilidade relativa* quantifica a probabilidade de um indivíduo oriundo de uma classe social vir a ocupar qualquer outra posição na estrutura de classes. (Breen, 2007). É ainda possível distinguir entre *mobilidade intrageracional*, em que se observa o em que se comparam dois pontos da biografia dos indivíduos, e *mobilidade intergeracional*, em que se comparam (pelo menos) duas gerações.

Bihl e Pfefferkorn (2008) indicam alguns dos problemas com que as análises de mobilidade social se debatem: a noção de *mobilidade social bruta*, que reflecte mudanças na estrutura social (reconversão da economia, aumento das qualificações, etc.), é frequentemente *aparente*, não significando por si só a existência de permeabilidade entre diferentes categorias sociais; por outro lado, há um conjunto de situações em que a própria (i)mobilidade social altera o prestígio associado a um determinado grupo social. Certos grupos sociais podem perder parte do grau de prestígio de que antes gozavam (pelo aumento do volume de efectivos ou pela facilidade de acesso, etc.) ou, pelo contrário, algum grau de imobilidade aparente pode constituir um incremento de “prestígio” social.

Tanto autores de perspectiva (neo)marxista como de perspectiva (neo)weberiana (Wright e Goldthorpe), contestam uma leitura da mobilidade social que seja fundamentada numa mera análise de *status* ou prestígio social, uma vez que tal remete para a ideia de hierarquização, que consideram demasiado simplificadora. Apesar desta crítica, consideramos que conceitos oriundos das correntes funcionalistas (como mobilidade ascendente, descendente ou estacionária), se usados criteriosamente, podem contribuir relevantemente para a compreensão das transformações da estrutura classista de uma determinada sociedade, por permitirem uma leitura dinâmica dessas mesmas transformações.

Outra linha de questionamento à relevância do conceito de classe social vem das teorias da modernidade reflexiva, pós-moderna ou tardia, que o consideram um conceito cada vez menos importante na estruturação do mundo. As versões mais radicalizadas desta corrente têm optado por obliterar quase completamente o conceito de classe social, considerando-o uma categoria “zombie” (Beck, 1992), existente mas sem potencial de determinação no percurso do indivíduo (Bauman, 2000) e inútil para entender a identidade ou a acção colectiva dos indivíduos (Pakulski e Waters. 1996).

Segundo estes autores, os indivíduos são impelidos a uma auto-determinação que substitui os posicionamentos e constrangimentos sociais ou estruturais. Defendem ainda que outras ferramentas são necessárias para analisar os processos de mudança social, numa época em que observam fenómenos como a fragmentação dos grupos sociais (e das classes), a destradicionalização ou a individualização. Também o Estado-Nação, enquanto categoria analítica, é colocado em questão. Beck (1992) considera que essas transformações e conflitos da modernidade se manifestam em diversos domínios, tendo uma expressão evidente no domínio da vida familiar/privada.

Quando falamos na aceleração das transformações na esfera familiar há que salientar o papel decisivo que as alterações no estatuto das mulheres tiveram, cujos efeitos se continuam a sentir. Uma multiplicidade de factores contribuiu para a evolução desse estatuto: a entrada em massa no mercado do trabalho a partir da 2ª Guerra Mundial, o acesso à escolarização, o acesso à contracepção (que contribui para a libertação da condição, antes inevitável, da maternidade), entre outros. A organização da família, na generalidade dos países do Ocidente, deixou de ser dominada, quase em regime de exclusividade, pelo modelo do ganha-pão masculino, i.e. a divisão de papéis dita tradicional, em que o homem trabalha fora de casa e a mulher fica em casa, tratando da casa e criando os filhos.

A família é definida por um conjunto intrincado de regras e normas, constrangimentos de cariz formal e informal, modeladoras dos comportamentos dos indivíduos e das suas relações recíprocas. A emergência do Estado, desde a Antiguidade até aos tempos modernos, é acompanhada pela formação da família moderna em que a afectividade e a intimidade se manifestam. Nas sociedades contemporâneas, as relações afectivas e íntimas são encaradas como um domínio essencialmente *privado*. No entanto, este processo de privatização é complexo e contraditório. Desde logo, porque espaço de liberdade da esfera privada está sujeito a um enquadramento institucional do Estado que começa no enquadramento normativo do Direito, na delimitação dos agrupamentos de indivíduos aos quais é reconhecido a possibilidade de constituir *família* e na transmissão da herança, reconhecida pelo Estado. O enquadramento que o Estado faz da família, não se esgota nas normas formais da definição de *família*. O sistema de ensino, o sistema de saúde e protecção social, o mercado de trabalho, a política de habitação, a política de imigração, a política fiscal e outras são outras esferas de intervenção do Estado que afectam a vida privada dos indivíduos e das famílias.

Para além das normas formais que a regulamentam e de que se ocupa o Estado, a família, como outras instituições, é regulada por normas informais. Estas são definidas pelo parentesco, pelos laços de amizade, pelas relações de vizinhança, pelas confissões religiosas, etc. Giddens (1997) considera que, através da expansão da lógica racional aos domínios da ciência e da tecnologia, num primeiro momento, e depois à actividade humana, os processos de emancipação e de autonomização foram permitindo um ganho de distância em relação aos imperativos da tradição e da religião.

No entanto, a complexificação das variantes biográficas ou os fenómenos de separação da relação conjugal e de relação parental são exemplos de uma deslocação de um ciclo de vida familiar para um ciclo de vida pessoal. A família relacional e afectiva substituiu a família vertical e hierárquica. As dinâmicas de individualização na sociedade contemporânea penetram a esfera familiar, removendo constrangimentos relativos aos papéis de género e à autonomia individual e conjugal.

Embora a importância do processo de individualização seja inegável, uma abordagem sociológica do domínio familiar que incida exclusivamente nesse aspecto tende a obscurecer a significância de padrões familiares de reciprocidade e obrigação ou a existência de padrões comportamentais diferenciados por classe social e género (Crompton, 2006). Crompton argumenta

igualmente que a diminuição da desigualdade social virá essencialmente de fora da família, resultando da acção do Estado, por exemplo. Também as mudanças em termos institucionais devem ser avaliadas cuidadosamente. Contrariando algumas noções, segundo as quais as mudanças sociais, demográficas e jurídicas ocorridas em Portugal configurariam um processo de desinstitucionalização da família conjugal (Leandro, 2008), tem sido demonstrado que, apesar de movimentos de privatização, individualização e alteração nos papéis de género, persiste uma aproximação forte ao vínculo do casamento, embora com um pendor crescente dos afectos, de um ideário igualitário e fusional (Wall, 2005). Tal como na generalidade das sociedades europeias, embora com graus diferenciados, as mudanças não podem ser dissociados de uma perda de influência da Igreja Católica que, mantendo uma adesão nominal elevada, vem perdendo capacidade para orientar e prescrever comportamentos.

No caso da sociologia portuguesa, um volume muito considerável de produção sociológica tem analisado mudanças de fundo na família articulando as mesmas com a problemática das classes sociais e do género: nos domínios da conjugalidade, da formação do casal, da divisão familiar do trabalho, da co-residência (diversos em Wall, 2005); dos valores associados à família (Almeida, 2003); ou das atitudes face ao trabalho doméstico (Wall, 2007).

O enfoque específico na família demonstra a complexidade da relação entre as dinâmicas específicas da vida privada e a sua relação com a estrutura social. O feminismo desenvolveu uma linha de questionamento adicional às teorias clássicas sobre a mobilidade e as classes sociais ao demonstrar que o domínio privado tem uma conotação política, que reflecte outras estruturas sociais, nomeadamente a estrutura patriarcal, patente na divisão sexual do trabalho (Crompton, 2003). Importa referir que a divisão sexual do trabalho expressa-se não apenas ao nível do trabalho doméstico não pago, como também no trabalho pago: há diferenças consideráveis, em termos de género, nas posições ocupadas na estrutura ocupacional.

A maior parte dos estudos sobre a mobilidade social tomava o homem como referente do casal, privilegiando a relação deste com o trabalho, no denominado critério “convencional” para classificação de indivíduos e famílias (Machado *et al.*, 2003). Tal era feito de diversas formas: ignorando deliberadamente a condição da mulher, por a considerar pouco relevante; não atribuindo um valor específico ao trabalho doméstico e de cuidado aos filhos; ou, em casos em que existisse inserção da mulher no mercado, valorizando a condição mais “vantajosa”, o que invariavelmente conduz a ignorar, de outra forma, o estatuto profissional das mulheres. A crítica feminista demonstrou que este tipo de opção é indefensável, tanto em termos teóricos como empíricos, pois, por um lado, reflecte e reifica uma ordem de dominação masculina, e, por outro lado, é cego face ao crescente envolvimento das mulheres no mercado de trabalho.

Autores de raiz (neo)funcionalista têm desenvolvido uma linha argumentativa contra a relevância das classes sociais sustentada em argumentos de três ordens de razão: económica, cultural e política (Lipset *et al.* 1994; Pakulski e Waters, 1996; Clark e Lipset, 2001). Por um lado, a nível

económico, a terciarização da economia teria contribuído para um nivelamento das condições de vida nas sociedades contemporâneas, tornando as relações com a esfera produtiva irrelevantes. Os estilos de vida, os grupos de estatuto (*status*) definidos a partir de padrões identitários e orientados pela preferência, opinião ou afinidade teriam substituído a classe social e sua relação com a posição na esfera da produção como aspecto essencial na diferenciação social. Por outro lado, a nível cultural, a democratização do acesso à cultura e à educação, e o desenvolvimento de uma cultura de massas teria eliminado expressões culturais vincadamente classistas. Por fim, a nível político também seria possível observar o fim das classes, patente no decréscimo da votação de partidos marcadamente classistas como ainda na emergência de novos movimentos sociais, potenciados pela tecnologia, frequentemente desterritorializados e afastados de reivindicações redistributivas ou emancipatórias.

Este conjunto de alterações estaria ligado com aquilo que Inglehart (1997) defende ser a transformação dos valores individuais, anteriormente centrados em dimensões materiais (de subsistência física e material) no sentido de uma crescente procura de autonomia e de expressão individuais. A aceção de que a classe social, na sua dimensão económica e de relação com o modo de produção capitalista, se tornou inútil para compreender as sociedades da modernidade tardia é tão difundida que se banalizou (Crompton, 2008). No capitalismo contemporâneo as distinções entre cultura e economia ter-se-iam diluído, sendo que os aspectos culturais se teriam tornado mais relevantes do que os económicos para compreender a sociedade contemporânea (Crompton, 2003).

Apesar de partirem de campos teóricos bastante diferentes, há uma notável proximidade entre as teses de autores que se situam numa tradição neofuncionalista (de Clark e Lipset, 2001) e argumentos de autores das teorias da modernidade reflexiva (Beck, 1992; Beck e Gernsheim, 2002). Por exemplo, Clark e Lipset (2001) argumentavam que as consequências da modernidade no domínio da família (nuclearização, diminuição do número de filhos, relações familiares crescentemente baseadas em modelos igualitários), combinadas com a intervenção do Estado e do sector privado na criação de oportunidades no domínio da educação, teriam contribuído para uma quase irrelevância da classe social de origem no seu percurso de vida.

Em termos mais gerais, a contestação ao conceito de classe social é também parte da tensão teórica, patente em diversos domínios das ciências sociais e em particular da sociologia, entre agência e estrutura ou entre micro e macro. De facto, tipicamente a análise das classes sociais incide sobre a sua estrutura, composição e processo formativo e pressupõe a existência de uma série de consequências a jusante, seja no domínio político, seja no desempenho escolar, seja na vida privada ou familiar, etc. Na medida em que se torna estruturalista, a análise das classes e da mobilidade social é criticada por diversas correntes (construcionistas, interaccionistas, etnometodológicas) por, *in extremis*, considerar os indivíduos como sendo determinados à partida, não valorizando a sua capacidade de escolha, decisão e acção. O mérito destas críticas é precisamente o de salientar que,

ainda que as classes sociais condicionem a acção dos actores sociais, as suas acções não estão programadas *a priori*.

De volta ao conceito de classe social

No entanto, apesar dos importantes contributos que estes desenvolvimentos teóricos têm trazido à sociologia, existem linhas de argumentação que continuam a defender a centralidade do conceito de classe social para a análise das sociedades contemporâneas.

Numa leitura crítica do trabalho de muitos dos detractores da relevância das classes sociais, Atkinson (2010) repara que as concepções de classe social utilizadas por esses autores são frequentemente inadequadas, superficiais ou contraditórias e que, ao não encontrarem indícios fortes de uma mobilização de classe, encontram aí um argumento que julgam suficientemente forte para darem as classes sociais como moribundas. Paradoxalmente, utilizam um argumento marxista, pois buscam a correspondência entre uma classe em si (classe latente – formada na esfera económica) e uma classe para si (mobilizada e possuidora de uma consciência política). Uma outra crítica que Atkinson (2010) aponta é que a obra de muitos dos teóricos da modernidade (Beck, Giddens, Baumann) é essencialmente teórica, carecendo as suas hipóteses de cuidadosa investigação empírica.⁵

A denominada “viragem cultural” (Crompton, 2003) coloca uma ênfase exacerbada na relevância da dimensão cultural da hereditariedade social, fundindo a hierarquia cultural com a desigualdade económica, quase fazendo espelho de um anterior determinismo económico das teorias da reprodução social. Mesmo quando o conceito de classe social é utilizado, as análises tomam com frequência um pendor culturalista exacerbado, que tende a esvaziar a dimensão económica do conceito. No que diz respeito à mobilidade social, estas abordagens defendem que a posição dos progenitores seria um factor cada vez menos importante nas gerações seguintes.

O surgimento, ou a percepção da existência, de outras formas de diferenciação social não implica o desaparecimento das anteriores e, como observa Savage (2000, xiii), o processo de individualização não implica a morte da classe social mas antes alterações à forma como se manifesta. Em todo o caso, estes desenvolvimentos teóricos são úteis na medida em que permitiram alargar a análise das desigualdades sociais a diversas áreas e domínios, não se cingindo apenas às relativas ao lugar ocupado nas relações de produção.

A análise proposta por Therborn (2006) salienta que toda a desigualdade é uma diferença, resultante da acção humana, interpretada como sendo injusta.⁶ A desigualdade surge quando as

⁵ Por exemplo, utilizando uma matriz analítica inspirada por Bourdieu, Atkinson (2010) observa a importância das classes sociais, enquanto aspecto condicionante das oportunidades, definidor dos estilos de vida e do próprio espectro de possibilidades consideradas plausíveis pelos indivíduos.

⁶ A desigualdade (Therborn, 2006) reveste-se de três dimensões fundamentais: dimensão *vital* (observável na prevalência de doenças, por exemplo); dimensão *existencial* (observável no

posições categoriais se associam sistematicamente a um conjunto de vantagens e se reproduz a divisão categorial (Tilly, 2005). Conceptualizando os vários mecanismos de reprodução da desigualdade, Tilly (2005) identifica: a *exploração*, uma forma de retribuição injusta (ou inexistente) por parte de um grupo dominante face a um grupo dominado; o *açambarcamento de oportunidades*, a exclusão do acesso dos grupos dominados aos meios de produção de riqueza.⁷

Na análise de Therborn, a desigualdade resulta de quatro ordens de factores de diferenciação social: recursos ou “dons” naturais (de indivíduos, grupos ou territórios); organização sistémica de oportunidades e recompensas; acção produtiva dos actores sociais; e acção distributiva dos actores individuais e colectivos, incluindo o Estado (2006, pp.10). Therborn identifica adicionalmente quatro mecanismos em que, através da acção humana, individual e colectiva, se produz e reproduz a desigualdade: *distanciação*, em que vantagens obtidas numa arena da vida social contribuem para a criação de distância nas condições dos grupos ou indivíduos; *exploração*, que implica que à existência de posições hierárquicas assimétricas correspondam lógicas de apropriação da produção dos indivíduos ou grupos hierarquicamente inferiores; *exclusão*, que significa a criação de barreiras no acesso de indivíduos ou grupos a bens, serviços ou outros, e *hierarquização*, que subordina os indivíduos ou grupos a esquemas classificatórios hierárquicos e com tratamento socialmente diferenciado (Therborn, 2006). A desigualdade é então uma diferença que viola princípios de equidade, que reparte recursos de uma forma enviesada e que confere vantagens imerecidas e apriorísticas: para além de questão sociológica, é uma questão moral e eminentemente política.

Em nosso entender, este conjunto de desenvolvimentos teóricos não menorizam de todo a saliência da classe social enquanto conceito, tendo, pelo contrário, o mérito de acrescentar dimensões e conceitos indispensáveis, para uma compreensão sociológica dos mecanismos de (re)produção da desigualdade⁸ enquanto um sistema de constrangimentos (Bihl e Pfefferkorn, 2008), contrariando linhas argumentativas que defendem a ideia de que a sociedade é, na sua essência, aberta, de que existe abertura de oportunidades, assente em mecanismos de reconhecimento meritocrático.

tratamento desigual dado a indivíduos com base na sua origem sexual, social, religiosa, por exemplo); e dimensão de *recursos* (observável pelas distribuições de rendimentos, recursos educacionais, de acesso à informação e tecnologia, etc.).

⁷ Adicionalmente, Tilly salienta a importância de dois mecanismos na manutenção dos sistemas de desigualdade: a *emulação*, uma transposição de categorias, regras, práticas e relações sociais para outros contextos sociais; e a *adaptação*, o estabelecimento de rotinas e recompensas sociais que dependem da manutenção do *status quo* em termos de posições relativas.

⁸ O autor frisa a importância que a acção colectiva tem na criação da desigualdade. Mas salienta igualmente o papel que a mesma acção colectiva, através do Estado, pode ter na eliminação ou mitigação da desigualdade, através de uma acção redistributiva da riqueza a nível central ou na eliminação de mecanismos que sistematicamente beneficiem um grupo social, como por exemplo na diferença salarial entre homens e mulheres, ou no acesso diferencial à educação.

A abordagem de Bourdieu (1984, 1997) à temática das classes sociais e da mobilidade social constitui um importante desenvolvimento teórico-metodológico. Este autor privilegia a análise da *trajectória social*, conceito que liga a posição actual na estrutura social com a origem social (familiar) e que caracteriza as disposições e práticas assimiladas através da socialização, das condições originárias de existência e também do percurso percorrido. Na perspectiva de Bourdieu, os eventos biográficos dos indivíduos não seguem uma sequência linear, progressiva e teleológica. Apenas adquirem essa aparência (ilusão biográfica) pela narrativa (de reconstrução) dos indivíduos ou pelo senso comum científico (Montagner, 2007).

A estratégia proposta para evitar a armadilha da ilusão biográfica implica situar os indivíduos nos grupos sociais presentes nos diversos campos e narrar a sua trajectória, em termos de poder/subordinação face à estrutura. Independentemente da intencionalidade ou das estratégias dos actores sociais, o conceito de trajectória é uma objectivação da série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente ou conjunto de agentes num determinado campo (Bourdieu, 1997). Bourdieu (2002) considera que os indivíduos ocupam posições num espaço social multidimensional, sendo o espaço social onde os indivíduos se relacionam concebido como um conjunto de campos relativamente autónomos.⁹ Em cada campo da estrutura social existe uma desigual distribuição de recursos, desenvolvendo os actores as suas acções numa lógica de luta pelo poder, implicando estratégias de fechamento, por exemplo. Compreender as trajectórias sociais implica desenvolver um enfoque específico sobre a evolução histórica do posicionamento dos indivíduos, dando atenção à posição que ocupam no espaço social (em termos hierárquicos e de recursos disponíveis) e à sua origem social, pela importância que o domínio familiar desempenha tanto na transmissão de recursos como na formação de disposições, expectativas, ambições, etc. (Montagner, 2007).

A concepção da estrutura social bourdiana rompe com a ideia de uma estrutura unidimensional e incorpora três dimensões: a estrutura dos capitais em presença, o volume dos capitais e a sua evolução ao longo do tempo. A conjugação destes elementos permite captar tanto os deslocamentos laterais como os horizontais, na estrutura social. Uma tal concepção da estrutura social é um contributo importante para a compreensão da mobilidade / recomposição da estrutura de classes, uma vez que articula as transformações da estrutura social, as pressões que são exercidas sobre os indivíduos e as suas respostas estratégicas, o peso relativo dos seus recursos nos diferentes domínios da vida, não descurando a importância do enquadramento institucional providenciado pelo Estado, pelo sistema de ensino, pelo sistema legislativo, entre outros (Grácio, 1997).

⁹ A noção de campo de Bourdieu desenvolve-se a partir do conceito weberiano de esfera: o campo é teorizado como sendo autónomo, pelo menos parcialmente, e resultante de processos históricos prolongados. Os campos são estruturas com autonomia relativa, organizados e definidos pelas relações entre os agentes e grupos sociais, em função da distribuição do capital.

A explicação da estrutura e funcionamento da sociedade implica o reconhecimento do papel do capital na sua forma plural: *capital económico*, o *capital cultural* e o *capital social*.¹⁰ Os dois eixos fundamentais de transmissão da desigualdade por via familiar são o eixo material e o eixo cultural (Crompton, 2008). A transmissão do capital económico é, aparentemente, mais linear e está institucionalizada pelo direito hereditário e outros mecanismos legais. A transmissão por via cultural é mais difusa e complexa, sendo a dimensão temporal uma variável determinante, na medida em que está intrinsecamente relacionada com a socialização (Bourdieu, 1994). Embora existam mecanismos que permitem a “conversibilidade” dos capitais, a aquisição/transmissão do capital cultural implica inculcação, assimilação, dispêndio de tempo, o que faz com que este tipo de capital apenas possa ser parcialmente adquirido ou trocado. Na transmissão do capital cultural - que engloba conhecimentos, aptidões, etc. - a transmissão do capital escolar é apenas uma parte, embora a mais facilmente contabilizável. Sendo um recurso relativamente escasso, de transmissão sinuosa, e crescentemente necessário à ocupação das posições dominantes na sociedade, a transmissão deste capital marca fortemente as estratégias de reprodução e conversão do capital.

Bihl e Pfefferkorn (2008) observam que a frequência de acesso a posições sociais que requerem maior qualificação, nomeadamente quadros técnicos, desce em razão directa dos diplomas dos progenitores. As diferenças podem ser explicadas por um maior investimento na educação dos descendentes, por parte dos indivíduos com ocupações profissionais mais qualificadas.¹¹ Existem outros factores que contribuem para a reprodução social. Por um lado, o aspecto sócio-demográfico: os descendentes das classes populares podem acumular uma dupla desvantagem, uma vez que não só os seus progenitores dispõem de menores recursos económicos que lhes possam transmitir, como a estrutura e composição desses recursos podem ter de ser divididos por uma fratria mais alargada. Por outro lado, o casamento: embora exista uma ideia arraigada que o casamento oferece uma possibilidade de ascensão social, em particular para as mulheres, diversos autores salientam o facto de a homogamia (Blossfeld e Timm, 2003) - casamento entre pessoas de condições sociais aproximadas - ser a norma e por isso constituir também um importante factor reforço de hereditariedade social.

¹⁰ O *capital económico* é directamente transformado em dinheiro e permite a compra de bens de consumo e a detenção de propriedade. O *capital social* expressa-se enquanto prestígio, honorabilidade ou estatuto, e inclui o valor das redes sociais (que tem enorme importância na produção e reprodução da desigualdade social). O *capital cultural* tem a forma de competências, saberes e recursos culturais, podendo ser: *incorporado*, enquanto disposições; *objectivado*, enquanto bem cultural; *institucionalizado*, sob a forma de graus académicos.

¹¹ No acesso às posições no operariado a relação é inversa: quanto menores as qualificações dos pais, maiores as probabilidades dos descendentes se tornarem operários.

Sociologia das classes sociais e mobilidade social em Portugal

Os temas da estratificação, estrutura de classes e mobilidade social na sociedade portuguesa são temas que vêm interessando a Sociologia portuguesa desde o seu início (para uma revisão da produção ver: Nunes, 2008; Roldão, 2009; Silva, 2009: 131-139). Em particular nos anos 80 e 90, a análise de classes sociais e mobilidade/recomposição da estrutura de classes conheceu uma elevada vitalidade e produtividade tanto teórica como empírica, de cariz frequentemente extensivo, com o contributo de autores procedentes de diversas escolas.

Autores procedentes do ISCTE (Almeida, Costa e Machado) desenvolveram uma tipologia de classes (designada por ACM) que tem sido um instrumento popular na análise das classes sociais em Portugal na última vintena de anos, dispondo já de considerável acumulação cognitiva e empírica em vários projectos de investigação (Machado *et al.*, 2003). A tipologia desenvolvida por estes autores procura conjugar uma perspectiva de inspiração (neo)marxista, nomeadamente a de Wright, na medida em que valoriza a posse de propriedade, acrescida dos recursos organizacionais e das qualificações profissionais, com uma perspectiva culturalista, a de Bourdieu, que valoriza a posse, volume e composição dos *capitais*. Argumentam igualmente estes autores pela necessidade de analisar as classes sociais levando também em conta indicadores socioeducacionais (Machado *et al.*, 2003). Para estes autores é essencial a utilização do grupo doméstico de origem como unidade de análise da classe e mobilidade social, reconhecendo-se assim o papel do mesmo nas trajectórias de vida e nos modos de pensar e agir dos indivíduos (*habitus*, na expressão bourdiana).¹² Em termos de resultados empíricos, num estudo representativo da população portuguesa Machado e Costa (1998) observaram a existência de fluxos de mobilidade e de reprodução consideráveis, bem como a existência de trajectórias sociais muito heterogéneas (e também diferenciadas em termos de género).

No já mencionado estudo de Cabral (1998), o autor, que desenvolve uma análise pragmática inspirada em Goldthorpe, observa a existência de fluxos de mobilidade *intergeracional* absoluta elevados, que considera expectáveis face às transformações sociopolíticas que marcaram a sociedade portuguesa. Segundo o autor, os nascidos entre o final da década de 1940 e início da década de 1950 serão aqueles que terão tido maior probabilidade de mobilidade social, beneficiando da modernização técnico-profissional da sociedade portuguesa a partir do final da década de 1960 e da abertura política que se lhe seguiu. Essa mobilidade é, em geral ascendente, muito embora se observem fortes sinais de

¹² Estanque e Mendes (1999) apontam algumas imperfeições a esta abordagem: o facto de estar demasiado dependente das categorias profissionais formais (i.e. os dados oficiais, as categorias da Classificação Nacional das Profissões do IEFP), o que limita a captação dos recursos de autoridade dos indivíduos na profissão; o nivelamento hierárquico entre categorias é insuficiente para captar classes, por não incorporar os constrangimentos na esfera de produção. A tipologia desenvolvida é, para estes, em alguns aspectos, idiossincrática, dificultando a leitura da mobilidade entre as três classes tradicionais (burguesia, pequena burguesia e operariado).

reprodução junto ao topo (com reconversão de capital económico em capital escolar), como também na base do esquema de classes. O volume de mobilidade *intrageneracional* é também relativamente elevado e de sentido predominantemente ascendente, sendo os factores mais determinantes para tal a modernização tecnológica, bem como a abertura do sistema escolar. No entanto, em comparação com Costa e Machado, Cabral demonstra uma visão menos optimista em relação aos efeitos da especialização e qualificação técnica na mobilidade social ascendente, observando ainda um forte peso do capital herdado na reprodução social.

O estudo da estrutura de classes sociais em Portugal realizado por Estanque e Mendes (1998), utilizou uma metodologia extensiva, partindo de uma perspectiva marxista, orientada pelo trabalho de Wright (1997) e pela tipologia W dos lugares de classe. Salientando a importância das variáveis históricas e contextuais, nomeadamente a transição para a democracia, a entrada na UE e uma rápida modernização económica, os autores consideram que existe uma fragmentação e precarização da força de trabalho que se estende do sector industrial para o sector dos serviços. A expansão do sector público e administrativo justifica que as camadas “médias” da população, quadros técnicos e qualificados, se encontrem essencialmente no sector estatal. A pequena dimensão média das empresas privadas, sua escassa modernização tecnológica e recurso a um modelo industrial de trabalho intensivo, justifica o pouco peso dos quadros no sector privado. Sendo o mercado de trabalho português dos mais feminizados da Europa, os autores notam que nas categorias profissionais operárias existe menor feminização que em outras sociedades consideradas desenvolvidas. Já nas posições mais qualificadas da estrutura de estratificação existe uma maior abertura ao emprego feminino. O maior sucesso das mulheres na educação, ainda sem uma correspondência na ocupação de cargos de chefia, terá impactos na recomposição da estrutura de classes portuguesa e será resultado de uma lógica patriarcal que tende a encaminhar os filhos para o trabalho em idades mais precoces, reservando a possibilidade de continuar os estudos para as mulheres. Em todo o caso, os autores recorrem ao modelo de Goldthorpe *et al.* (1992) para demonstrar que a mobilidade líquida é reduzida.

Estes trabalhos relevam o impacto das alterações estruturais que a sociedade portuguesa sofreu na sua (re)composição em termos de classes sociais. Essas alterações incluem: a evolução demográfica, marcada pelo envelhecimento da população; o aumento da escolarização; a crescente urbanização e litorização da população; a terciarização da actividade económica; o incremento do trabalho feminino; e transformações no domínio da vida familiar. Como Estanque e Mendes (1999) salientam, esta é uma das áreas mais problemáticas na análise da mobilidade social, uma vez que parte do que poderia ser considerado um fluxo “ascendente” será certamente parte da mudança da própria estrutura social, com o esvaziamento de certos grupos profissionais e fracções de classe e o rápido crescimento de outros, sobretudo aqueles que necessitam de qualificações escolares mais elevadas.

Capítulo II - Questões metodológicas

Objectivos

Esta pesquisa visa analisar, em primeiro lugar, se existem diferenças nas trajectórias de classe de portugueses nascidos em dois tempos históricos diferentes. Em segundo lugar, pretende saber em que medida a origem de classe tem um impacto sobre as trajectórias de classe social dos indivíduos. Em terceiro lugar, pretendemos saber se o impacto da classe social de origem nas trajectórias de classe de indivíduos é diferente em diferentes contextos temporais. Por fim, pretendemos aferir a importância do género, enquanto eixo fundamental de diferenciação social, no impacto da origem da classe na trajectória de classe dos indivíduos.

Modelo de análise e Hipóteses

A nossa abordagem analítica combina contributos de duas tradições teórico-metodológicas. Por um lado, partimos de uma perspectiva teórica sobre as classes sociais. Tendo a temática das classes sociais uma longa tradição na sociologia, é notório que está menos "na moda" em tempos recentes. Mas, na nosso entender, as classes sociais continuam a ser uma dimensão fundamental da desigualdade e diferenciação social, por estabelecerem um conjunto de recursos objectivos e de constrangimentos à acção. Esses constrangimentos não são apenas de ordem material mas remetem também para uma dimensão subjectiva (aquilo que Bourdieu denominou por *disposições* – condições objectivas inculcadas que têm o potencial de desencadear aspirações, preferências e práticas compatíveis com as condições objectivas). No nosso modelo de análise, a classe social é entendida como um conjunto de agentes que ocupam posições relativamente aproximadas (possuem tipos e volumes de capital equivalentes) num sistema pluridimensional de desigualdades, que envolve diferentes tipos de recursos (económicos, qualificacionais, etc.) e de oportunidades. As variáveis de caracterização de classe são indicadores que nos informam acerca da inserção social e profissional dos indivíduos no conjunto das relações de classe da sociedade portuguesa, bem como dos seus sistemas disposicionais e de orientação para acção.

Por outro lado, valorizamos os contributos de uma perspectiva sobre o percurso de vida (*life-course*) que, reconhecendo a importância central dos constrangimentos estruturais, nomeadamente ao nível do espaço social das classes sociais, não os assumem como um determinismo absoluto e salientam a necessidade de estudar os efeitos longitudinais na vida dos indivíduos. Tal passa por considerar, na linha do defendido por Boudon (2003), que os indivíduos são actores sociais dotados de racionalidade, autonomia relativa e capacidade estratégica para procurar a satisfação dos seus interesses, dentro de um conjunto limitado de possibilidades. A relação da trajectória dos indivíduos com as suas origens de classe é a opção que seguiremos, para aceder a essa dimensão mais biográfica.

Os olhares teóricos que desenvolvemos até este ponto, permitiram-nos elaborar algumas hipóteses de trabalho que pretendemos testar. A *primeira hipótese* estabelece que a classe social de origem mantém a sua influência na trajectória de classe dos indivíduos, muito embora seja expectável que os processos de reconversão de capital, nomeadamente de capital económico em capital cultural, mais especificamente escolar, produzam efeitos na forma como essa influência se expressa.

A *segunda hipótese* será a da existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração. A perspectiva intergeracional pretende perceber se houve alterações no nível de mobilidade social nas últimas décadas, permitindo comparar o crescimento e vivência em períodos históricos diferenciados no percurso de vida dos indivíduos. No nosso quadro teórico, é expectável que se encontrem diferenças entre as trajectórias dos indivíduos de diferentes gerações. Será necessário estabelecer uma relação entre o tempo histórico e a mobilidade social, em cada uma das gerações. A estratégia implica portanto a combinação de uma abordagem macro social (ao colocar as trajectórias de vida num contexto social e geracional) com uma abordagem micro (centrada nos percursos individuais), que nos permitirá observar o desenvolvimento de trajectos diversificados.

Uma *terceira hipótese* acrescenta um eixo adicional que analisa a construção de diferentes trajectos de mobilidade social ao longo da vida de homens e mulheres. O género será uma variável-chave para interpretar a mobilidade social numa perspectiva geracional. É admissível que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, a partir dos anos 60/70, bem como o aumento da escolarização, entre outros fenómenos, tenham produzido alterações significativas na mobilidade social das mulheres.

Dados e metodologia

A nossa pesquisa recorre essencialmente a uma estratégia metodológica extensiva, com recurso a uma técnica de recolha de informação quantitativa através de inquérito por questionário, sem no entanto descurar a recolha de outros dados, nomeadamente informação secundária produzida sobre a sociedade portuguesa. O inquérito de âmbito nacional foi realizado em 2010 para o Projecto "Trajectórias familiares e redes sociais: a trajectória de vida numa perspectiva intergeracional" (financiado pela FCT, coordenado por Karin Wall, no Instituto de Ciências Sociais). O objectivo mais geral do projecto passa por reconstituir as trajectórias de vida dos indivíduos de diferentes gerações através de uma abordagem multi-dimensional ao percurso de vida, que combina diversas áreas: o trajecto escolar, a vida profissional, a vida familiar, a mobilidade geográfica, etc.. Foi obtida uma amostra aleatória da população portuguesa nascida nos períodos entre 1935-1940; 1950-1955; e 1970-75, estratificada por região¹³ e posteriormente ponderada, de acordo com a distribuição da população.

¹³ Considerando as NUTS2 (regiões) e o habitat de residência (5 habitats: até 2000 hab.; 2000 a 9999 hab.; 10000 a 19999 hab.; 20000 a 99999 hab.; 100000 ou mais hab.).

Em particular, o desenho desta pesquisa aproxima-se daquilo a que se convencionou denominar de “estudo longitudinal” pois visa avaliar a evolução ao longo do percurso de vida de uma característica particular dos mesmos indivíduos (Babbie, 1989), neste caso a classe social, analisada ao longo do curso de vida de 2 coortes. No entanto, ao contrário dos estudos longitudinais, que são tradicionalmente observacionais e em que se vão aferindo os mesmos indicadores em intervalos regulares, no nosso caso trata-se uma retrospectiva sobre a vida, em que os inquiridos fazem uma descrição da sua trajectória e dos eventos que a marcaram.

Os dados analisados no âmbito desta tese referem-se a uma amostra representativa de 1054 indivíduos, do sexo masculino e feminino, pertencentes a duas coortes diferentes (nascidos entre 1950 e 1955; e entre 1970 e 1975)¹⁴. A coorte que incorpora inquiridos nascidos entre 1950 e 1955 é aquela que viveu as enormes transformações sociais e políticas que se seguiram à Revolução de 25 de Abril de 1974, tendo atingido a maioridade apenas recentemente aquando desse acontecimento. A coorte mais jovem, englobando nascidos entre 1970 e 1975, representa a população que cresceu já num país com regime democrático e entrou na vida adulta já após a entrada de Portugal na União Europeia. Naturalmente há que ter em conta que as comparações entre as coortes são limitadas à duração do tempo de vida de cada uma. Isto significa que embora seja possível estabelecer uma comparação entre as situações actuais de cada inquirido, os inquiridos da coorte mais velha já cumpriram (em geral) a maior parte da sua trajectória profissional, enquanto os mais jovens ainda estão longe do seu fim.

Estamos cientes do debate teórico em torno dos conceitos de coorte, geração e suas relações com o tempo histórico. A noção de geração, se usada livremente, pode dar a ilusão de que se tratam aqui de linhagens de avós, pais e filhos, quando não é esse o caso. Muito embora o desenho desta pesquisa e o corte etário escolhido estejam próximos da definição de coorte, no texto privilegiaremos a utilização da expressão geração, fazendo a ressalva de que não existe qualquer parentesco entre os conjuntos de inquiridos.

Em termos metodológicos, recorreremos à análise estatística tradicional, nomeadamente à análise de clusters, e ao método do “optimal matching” para a análise sequencial de eventos e situações (Abbott e Tsay, 2000; Abbott, 2001), uma das ferramentas a utilizar no decorrer do Projecto Trajectórias Familiares e Redes Sociais. A análise sequencial permite observar os padrões de mobilidade social bem como a sua combinação com trajectórias profissionais, geográficas e familiares. Apesar do âmbito restrito desta tese, recorreremos à análise sequencial, muito embora a nossa atenção seja dedicada essencialmente à mobilidade social, através da caracterização das trajectórias de

¹⁴ A amostra corresponde a uma amostra probabilística estratificada de homens e mulheres portugueses residentes em Portugal Continental (taxa de resposta igual a 60% e erro amostral total corresponde a $\pm 3\%$, $\alpha = 0,05$). Os estrangeiros e os indivíduos com deficiência mental ou física foram definidos como não elegíveis. Os inquéritos foram realizados na casa dos entrevistados, por um grupo de entrevistadores treinados, e seguindo o método PAPI.

classe. Para além do recurso à estatística descritiva, a relação entre origens sociais e trajetórias de classe será analisada com recurso a um conjunto de regressões logísticas, em que serão incluídas outras variáveis relevantes, tais como o género e a geração.

Para o nosso trabalho levamos em consideração o *indicador socioprofissional de classe* desenvolvido por Almeida, Costa e Machado (Costa *et al.* 2000; Machado *et al.*, 2003), habitualmente designada por ACM (algoritmo de classificação em Anexo). A construção deste indicador permite a reconstituição da classe social de uma forma multidimensional. O indicador socioprofissional de classe dos indivíduos é construído a partir das variáveis “situação na profissão” e “profissão”. A articulação destes indicadores resulta, em termos individuais, numa tipologia de classes sociais constituída por sete categorias: empresários, dirigentes e profissionais liberais; profissionais técnicos e de enquadramento; trabalhadores independentes; agricultores independentes; empregados executantes; operários; e assalariados agrícolas. Será mantida a referência a situações em que não é possível construir um indicador individual de classe, por não existir integração no mercado de trabalho (domésticas, estudantes, desempregados ou militares), que consideramos analiticamente relevantes.

A tipologia desenvolvida por estes autores faz uma operacionalização que combina vários dos quadros teóricos mais relevantes da sociologia das classes sociais. Mas, por exemplo em relação à tipologia de Wright, a tipologia ACM faz uma maior desagregação das classes “populares” (proletariado) distinguindo entre empregados executantes (EE), operários industriais (OI) e assalariados agrícolas (AA), opção justificada por critérios teóricos e pertinência substantiva, que vão dos fenómenos de reestruturação socioeconómica à diferenciação sexual na ocupação dos lugares de classe. O esquema classificatório ACM diferencia igualmente as classes “médias” e “altas” (pequena-burguesia e burguesia) em função do tipo e volume de capital. No caso dos profissionais técnicos e de enquadramento (PTE) é explícita a saliência do capital escolar. Relativamente aos trabalhadores independentes (TI) e aos agricultores independentes (AI) destaca-se a posse de capital económico, aqui apenas sob a forma de pequena propriedade agrícola ou negócio explorado de forma autónoma. Nos empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL) é destacada a posse de capital económico, aqui já consubstanciado na posse de empresas, e recursos de autoridade, no caso dos dirigentes que não sendo proprietários exercem funções de gestão e organização do trabalho sobre um número considerável de subordinados, ou autonomia, no caso dos profissionais liberais que exercem profissões altamente qualificadas sem subordinação hierárquica. (Machado *et al.*, 2003; Nunes, 2008).

Reconhecendo que o grupo doméstico de origem é uma instância central na mobilização e transmissão de recursos, materiais e outros, o mesmo será tomado como unidade de análise da classe e da mobilidade social, sendo esta igualmente operacionalizada com base nos indicadores socioprofissionais do grupo doméstico de origem, segundo a proposta ACM (Matriz em Anexo). Neste caso, o procedimento tem a vantagem de não estabelecer uma hierarquia de género na determinação da

classe do grupo doméstico de origem, sendo utilizado um critério que valoriza o tipo de capital dominante ou a conjugação de capitais entre os progenitores (Machado *et al*, 2003).

Para além do indicador de classe, a análise das trajectórias de classe será complementada recorrendo a uma outra dimensão de diferenciação social, essencial para a compreensão das sociedades contemporâneas, o capital escolar. O indicador socioeducacional (construído a partir da escolaridade, em graus académicos ou anos de escolaridade) permite captar um outro tipo de recursos que, pela sua distribuição desigual são passíveis de produzir efeitos específicos tanto nas representações, disposições e sistemas classificatórios dos indivíduos como também nas suas práticas e estratégias (Costa, 1999).

Na nossa pesquisa realizamos primeiro uma análise sequencial das trajectórias de classe, que passa pela reconstituição das diferentes situações individuais no mercado de trabalho ao longo do tempo, classificando a posição de classe dos indivíduos ano a ano, entre os 18 a 35 anos de idade. Posteriormente analisa-se a relação entre as trajectórias de classe e a classe social de origem, tomando em consideração a relação (actual ou a última disponível) dos progenitores com o mercado de trabalho. Em ambos os casos procuramos aferir quais os efeitos específicos de variáveis essenciais como a geração e o género.

Capítulo III – Trajectórias de Classe e Classe Social de Origem

Existem diferenças nas trajectórias de classe de portugueses nascidos em dois tempos históricos diferentes? Há trajectórias mais associadas a uma geração que a outra? Existe uma diferenciação das trajectórias em função do género? Estas são as principais interrogações de partida para este capítulo e a que tentamos dar resposta nas duas partes em que o mesmo se divide.

Na primeira parte do capítulo descrevem-se as origens sociais, as trajectórias de classe dos indivíduos de duas gerações, os padrões de mobilidade social e suas características intrínsecas. A nossa abordagem acompanha o trajecto de classe ao longo da vida dos indivíduos, indo para além da mera comparação estática entre posições de partida e chegada, pretendendo assim contribuir, de uma forma directa, para um conhecimento mais detalhado dos processos de mobilidade social e, de uma forma indirecta, para os efeitos da mesma na recomposição da estrutura de classes da sociedade portuguesa.

A segunda parte baseia-se em análises de regressão logística, em que se procura identificar a natureza da relação entre a origem de classe, aferida a partir da classe social dos pais no fim da sua carreira profissional (considerada como uma variável independente), e as trajectórias de classe dos indivíduos. Especificamente, inquirimos acerca da intensidade e do tipo de efeitos que a classe social de origem tem nas diferentes trajectórias de classe e nas duas gerações.

Trajectória de classe social

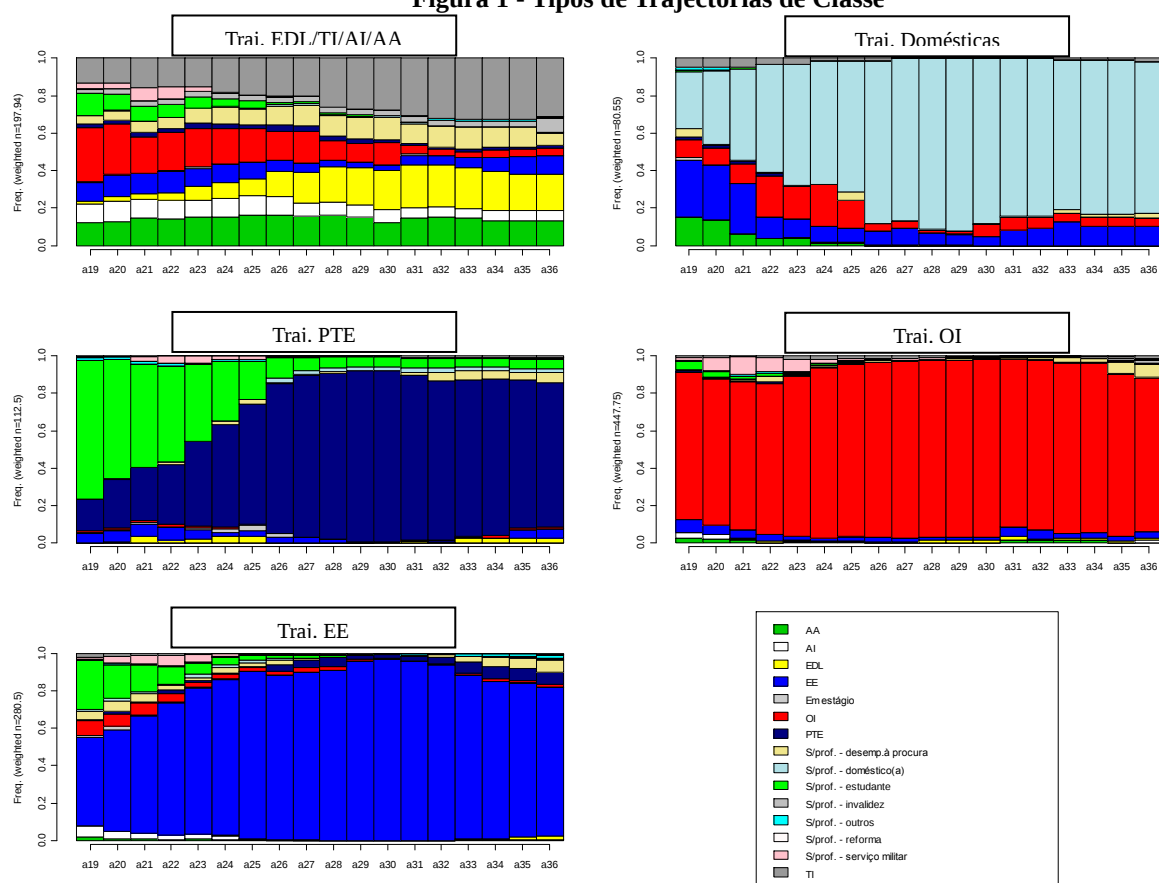
A trajectória de classe social é analisada tomando por referência o *indicador socioprofissional de classe*, ao nível do indivíduo. O método “optimal matching” é a principal ferramenta estatística utilizada para identificar e analisar a trajectória de classe.¹⁵ A trajectória de classe social é observada empiricamente, acompanhando o percurso socioprofissional dos indivíduos em cada ano da sua vida, entre os 18 e os 35 anos de idade. Muito embora permita aferir acerca do grau de mobilidade (neste caso intrageracional), esta opção não resulta em taxas de mobilidade, que de alguma forma pressupõem um desenvolvimento linear e uma determinação apriorística do trajecto individual. Como já mencionado, e uma vez que o indicador de classe tem uma componente socioprofissional, a nossa análise começa aos 18 anos de idade. Note-se ainda que nos quadros, por definição do software, as legendas (sob a forma a19, a20, etc.) encontram-se sempre 1 ano acima da idade do inquirido.

¹⁵ Os dados sobre as trajectórias foram analisados usando o pacote TraMineR para Análise de Sequência em software livre R (Gabadinho *et al.*, 2008; Ritschard *et al.*, 2008).

Tipos de trajetória

Com base na posição de classe dos indivíduos, construímos uma matriz de distâncias entre as trajetórias de classe, recorrendo ao supracitado método *optimal matching*, originário nas áreas da biologia e da bio-informática e que vem sendo usado desde meados dos anos 90 (Abbott e Tsay, 2000). Posteriormente, os dados foram agregados utilizando o método de Ward, um método hierárquico e aglomerativo que se baseia na variância e que tem por objectivo minimizar o quadrado da distância euclidiana nas médias dos *clusters*. Sendo um dos métodos mais populares nas análises de *clusters*, mostrou-se adequado às variáveis.¹⁶

Figura 1 - Tipos de Trajetórias de Classe



A análise de clusters revelou a existência de 5 trajetórias de classe. A figura 1 indica a proporção dos indivíduos que, em cada ano da sua vida entre os 18 e os 35 anos de idade, ocupava cada uma das categorias do *indicador socioprofissional de classe* acrescida das condições de doméstica, desemprego, à procura do primeiro emprego, estudante, militar, na reforma, invalidez, etc..

¹⁶ O método de Ward cria grupos minimizando o total das somas de quadrados dentro de grupos. São formados grupos em cada uma das etapas do procedimento para que a solução resultante tenha a menor dissimilitude interna. Os casos são agrupados até que todos os grupos formem um único que reúne todos os indivíduos (Timm, 2002).

O primeiro tipo representa cerca de 17% dos casos. É um conjunto diversificado que agrupa, no final do período considerado, diversas categorias de proprietários (empresários, dirigentes e liberais, trabalhadores independentes ou agricultores independentes) e os assalariados agrícolas. Este grupo sinaliza alguns percursos de mobilidade intrageracional. No caso dos que são inicialmente operários, a mobilidade dirige-se principalmente o trabalho independente. Já no caso dos empregados executantes a mobilidade é tanto no sentido do trabalho independente como dos EDL. O volume final dos EDL também é engrossado por agricultores independentes, que entretanto foram abandonando a anterior condição. No segundo tipo de trajectória, que compreende 7,4% dos indivíduos, encontramos as mulheres domésticas. Dentro deste grupo podemos diferenciar entre as que já tinham essa ocupação aos 18 anos de idade e as que a ocuparam, no seguimento de matrimónio ou início de coabitação, após entre 2 e 3 anos de inserção profissional em assalariamento na agricultura, indústria ou serviços. Na terceira trajectória (15,2% dos casos) encontram-se os indivíduos que se tornaram profissionais técnicos e de enquadramento, transitando para essa condição após um período de escolarização longo que se estende até aos 24/25 anos, que não é precedido, em geral, por qualquer inserção no mercado de trabalho.

As duas últimas trajectórias são marcadas por uma considerável estabilidade durante o período de tempo considerado. O quarto grupo é o mais numeroso, com 31,2% dos indivíduos, e agrupa os operários industriais. Esta trajectória é marcada pelo facto de os indivíduos já serem operários aos 18 anos e continuarem a ocupar essa posição de classe até aos 35 anos. A quinta trajectória, que aglomera 29,2% dos casos, representa o grosso dos empregados executantes. Embora a maioria já tenha essa posição à partida, cerca de 15% dos indivíduos nesta trajectória estudaram até aos 19/20 anos.

Estes dados não permitem fazer uma leitura da magnitude da mobilidade intrageracional e estabelecer a comparação, em termos volumétricos, com trabalhos que se dedicaram à medição desse dado (Villaverdade Cabral, 1998; Estanque e Mendes, 1998). Mas no primeiro cluster (17% do total) observam-se situações que configuram mobilidade de classe, neste caso ascendente, no hiato intrageracional considerado. Podemos observar a existência de um número considerável de indivíduos que, no início da trajectória (18 anos), eram operários industriais ou empregados executantes e que, no final deste trajecto (35 anos), transitaram para a condição de trabalhadores independentes ou empresários, dirigentes e liberais. No caso dos que se tornam profissionais técnicos e de enquadramento, uma vez que a trajectória implica uma escolarização até mais tarde, torna-se mais relevante uma leitura em termos intergeracionais, que será abordada adiante.

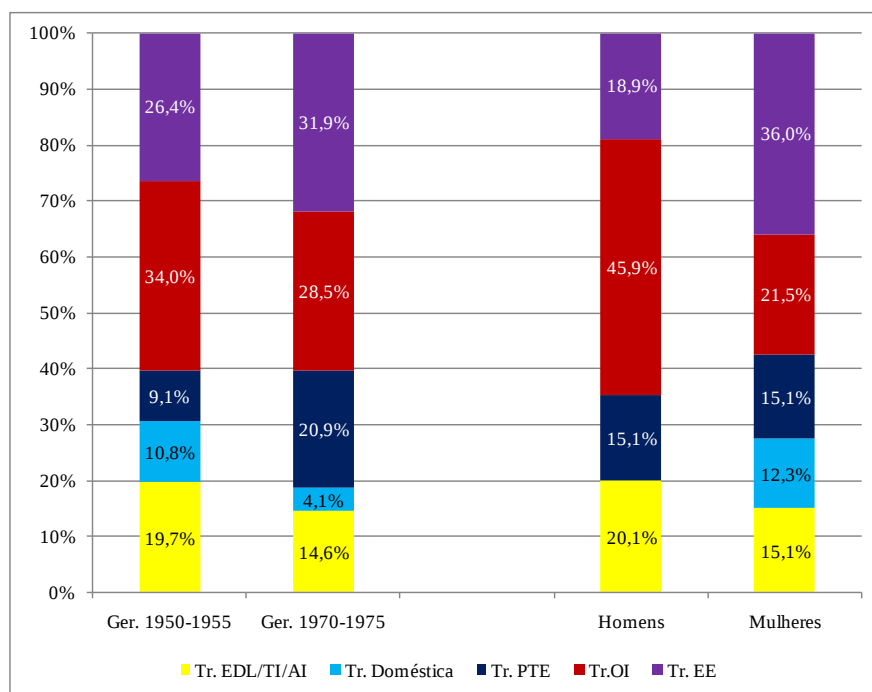
Trajectórias de género e trajectória de geração

Como mostra a figura 2, as trajectórias de classe social diferem em função da geração e do género. Começando pela dimensão geracional, na geração de 1950-1955, que entra na vida adulta e no mercado de trabalho numa época em que o trabalho na agricultura está já em fortíssimo declínio, a

trajectória do operariado é a mais numerosa (34%), seguida da trajetória dos empregados executantes (26,4%). A trajetória mais heterogênea em termos de composição, que aglomera proprietários, independentes e assalariados agrícolas, aglomera perto de 1 em cada 5 inquiridos. A trajetória das domésticas ainda tem um peso significativo (10,8%) suplantando inclusive o peso da trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento (9,1%).

Comparando a geração de inquiridos nascidos entre 1950-1955 com a geração de 1970-1975, há um declínio do peso relativo da trajetória que engrossa o operariado, agora substituída, em termos de importância, pela trajetória dos empregados executantes (31,9%). Curiosamente, o peso combinado do operariado e trabalho executante é exactamente o mesmo (70,4%) nas duas gerações em análise. A trajetória dos profissionais técnicos e de enquadramento é também significativamente mais numerosa, somando 20,9% dos casos. Declinam, em termos de importância na distribuição, as trajetórias dos EDL/TI/AI (14,6%) e sobretudo a trajetória do trabalho doméstico (4,1%).

Figura 2 - Tipos de trajetória de classe segundo a geração e o género



Fonte: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

Este conjunto de alterações é em parte consequência da evolução da estrutura da economia portuguesa. Se, até ao final dos anos 60, a estrutura económica assentava essencialmente na agricultura, a partir dessa década observa-se um período de modernização. Para além do desenvolvimento dos serviços, surgem vários pólos de industrialização, que se irão desenvolver e disseminar ainda em meados dos anos 70, aumentando substancialmente a oferta de postos de trabalho na indústria. Simultaneamente, ocorre um maciço êxodo rural com destino às zonas urbanas em torno

de Lisboa e do Porto ou ao estrangeiro, nesta época sobretudo Europa Ocidental. Esse contexto aplica-se à geração nascida em 1950-1955. A geração de 1970-1975 entra no mercado de trabalho já em meados dos anos 90 do século XX, época de plena terciarização da economia, com uma grande expansão do sector dos serviços, em que o acesso ao ensino superior e profissões técnicas e qualificadas se começa a generalizar (Barreto, 1996; Machado *et al.* 2003).

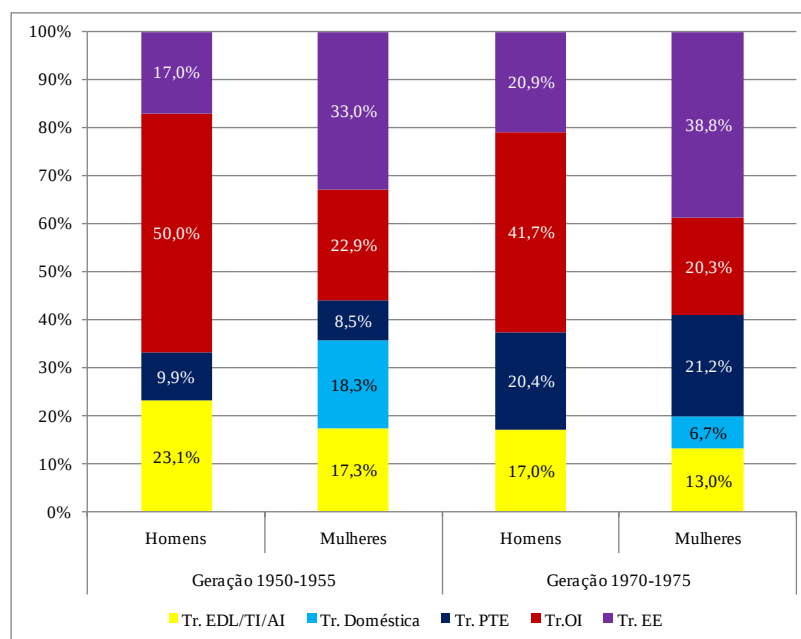
A expansão da participação feminina no mercado de trabalho formal é outro facto que marca significativamente o contexto histórico em que estas duas coortes chegam ao mercado de trabalho. Falamos aqui, naturalmente, de trabalho assalariado, contratualizado ou não, pois as mulheres sempre estiveram no trabalho agrícola, para além de realizarem as tarefas domésticas. O aumento do número de mulheres activas tem um forte impulso na década de 1960, o que já se reflecte na geração de nascidos entre 1950 e 1955, mas que não cessou de aumentar desde aí. Essa expansão do assalariamento feminino é alimentada inicialmente por mulheres jovens e solteiras que ocupam os lugares vagos por homens que partiam para a Guerra Colonial ou que emigravam (Aboim, 2011). No entanto, se até essa época tanto o casamento como, particularmente, o nascimento de filhos eram acontecimentos que retiravam as mulheres do mercado de trabalho, sendo o retorno raro e difícil, a partir da década de 1960 as mulheres mais frequentemente permanecem a trabalhar e assim desenvolvem carreiras longas no mercado de trabalho. Ainda assim, olhando para o perfil do cluster 2, é claramente perceptível que a passagem para a condição de doméstica ocorre até aos 25 anos de idade e após um percurso profissional.

Em nosso entender, se as alterações nas trajectórias são parcialmente consequência da evolução da estrutura da economia portuguesa, a forma como o mercado de trabalho se vai feminizar mostra-nos que tal não pode ser interpretado com mero efeito mecânico (Villaverde Cabral, 1998). De facto, olhando em detalhe para as trajectórias de classe em cada geração observamos diferenças muito assinaláveis em termos de género. Na comparação entre as duas gerações, a muito considerável diminuição do número de mulheres que se tornam domésticas vai dar lugar a trajectórias de inserção profissional e de qualificação escolar. As trajectórias femininas diferem substancialmente das trajectórias masculinas e contribuem para uma composição sexual do mercado de trabalho muito diferenciada em termos de género, tal como havia sido observado por Mendes e Estanque (1998).

Comparando as duas gerações, articulando género e geração (figura 3), as diferenças mais assinaláveis têm que ver com o peso relativo da trajectória de maior qualificação escolar e de emprego técnico. De facto, na geração nascida entre 1950-1955 apenas 8,5% das mulheres seguiam esse trajecto, valor que se cifra em 21,2% na geração nascida entre 1970-1975. Esse valor suplanta já, ainda que marginalmente, a percentagem de homens que seguem uma trajectória de profissionais técnicos e de enquadramento. Também cresce o número de mulheres que seguem uma trajectória de emprego executante (de 33% passa para 38,8%), sendo esta a trajectória de classe mais comum entre as mulheres, independentemente da geração.

A trajectória do operariado industrial continua a ser maioritária entre os homens na geração nascida entre 1970-1975 (41,7%) embora registe um decréscimo face à geração de 1950-1955 (50%). A diminuição da importância da trajectória operária é menos sensível comparando mulheres das duas gerações (20,3% face a 22,9%). Por fim, a trajectória EDL/TI/AI perde peso relativo em ambos os géneros mas continua a ser tendencialmente mais masculina.

Figura 3 - Tipos de trajectória de classe segundo a geração e o género



Fonte: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

Estes resultados parecem corroborar, pelo menos parcialmente, os de Machado e Costa (1998). Estes autores identificaram dois canais de promoção/reprodução social com protagonistas diferentes: uma via mais fechada, empresarial ou dirigente, tendencialmente menos qualificada e mais masculinizada; e uma via mais aberta, assente na qualificação técnica ou especializada, progressivamente mais feminina.

Classe Social de Origem

O indicador *socioprofissional familiar de classe* (Almeida, Costa e Machado (1988) e Costa (1999), (Tabela 1), revela que a composição da classe social de origem das duas gerações é significativamente diferente. Tanto na geração nascida entre 1950-1955 como na nascida entre 1970-1975, mais de metade dos indivíduos tem a sua origem de classe nas categorias de menores recursos (o conjunto de empregados executantes, operários, assalariados agrícolas e assalariados executantes pluriactivos contabilizam respectivamente 57,2% e 57,1%). Entre estes, a maioria dos inquiridos provém de famílias de origem operária (respectivamente 29,6% e 29,8%). Observa-se um decréscimo acentuado

do peso dos assalariados agrícolas (de 12,8% passa para 3,6%) que é compensado pelo duplicar do peso da pluriactividade e, em menor grau, pelo aumento da importância relativa dos empregados executantes. Os empresários, dirigentes e profissionais liberais praticamente duplicam o seu peso na origem de classe dos inquiridos da geração nascida entre 1970-1975 face à nascida entre 1950-1955 (12% e 6,2%).

Tabela 1 - Classe Social do Grupo Doméstico de Origem

	Geração 1950-1955 (n=518)	Geração 1970-1975 (n=536)
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	6,2%	12%
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	4%	11,1%
Trabalhadores independentes (Ti)	7,8%	8,2%
Trabalhadores independentes pluriactivos (TIpl)	5,4%	3,8%
Agricultores Independentes (AI)	16,6%	6,5%
Agricultores Independentes pluriactivos (AIpl)	2,8%	1,1%
Empregados executantes (EE)	7,8%	9,6%
Operários (OI)	29,6%	29,8%
Assalariados agrícolas (AA)	12,8%	3,6%
Assalariados executantes pluriactivos (AEpl)	7%	14,1%

$\chi^2(9) = 93,818; p < 0,001$

Fonte: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

O crescimento da origem de classe *profissionais técnicos e de enquadramento* é, em termos proporcionais, muito significativo, representando esta categoria 11,1% da origem de classe dos nascidos entre 1970-1975, quando para os nascidos entre 1950-1955 contabilizava apenas 4%. De salientar ainda a redução do peso dos agricultores independentes, que somavam apenas 6,5% das origens de classe dos nascidos entre 1970 e 1975, face aos 16,6% entre os que nasceram no período que vai de 1950 a 1955.

Vale a pena lembrar que as diferentes coortes não têm uma relação entre si, isto é, a coorte mais velha não é composta pelos progenitores dos indivíduos da coorte mais nova. Mas, mesmo com as naturais diferenças que resultarão de diferentes contextos familiares, idades de entrada na conjugalidade e parentalidade, etc., os pais dos nascidos entre 1970 e 1975 experienciaram a aceleração das transformações na sociedade portuguesa a partir de meados dos anos 60 do século XX. Referir-mo-nos a dinâmicas tão marcantes como o abandono do mundo rural, com a emigração para as cidades, periferias e estrangeiro, ao aumento do trabalho assalariado feminino e também a um incremento ténue das qualificações escolares.

Capital Escolar

As desigualdades na distribuição dos capitais escolares têm uma importância inegável no sistema de desigualdades sociais (Bihr e Pfefferkorn, 2008). Não substituindo, nem suplantando as desigualdades de classe, são um indicador relevante para a compreensão dos processos de mobilidade social contemporâneos. São-no por diversos motivos. Pela importância crescente que as qualificações têm no mercado de trabalho e como, desse modo, influenciam a inserção profissional dos progenitores. Mas são-no também pela forma como a sua presença no grupo doméstico é passível de ser tanto um recurso mobilizável, por exemplo no apoio às tarefas escolares, como de fornecer incentivo e valorização ao desempenho escolar.

Importa por isso caracterizar os recursos escolares recorrendo para tal a indicadores socioeducacionais. Olhando para os dados é evidente que, independentemente da geração e do género dos progenitores, os recursos escolares disponíveis nos agregados de origem são extremamente baixos. A esmagadora maioria dos pais dos nascidos tanto na geração de 1950-1955 como na geração de 1970-1975 tem, no máximo, o 1º ciclo do ensino básico, existindo um número considerável que não possui sequer qualquer escolaridade formal, valor particularmente elevado entre as mães dos inquiridos nascidos na geração de 1950-1955 (46,5%).

Tabela 2 - Escolaridade do Grupo Doméstico de Origem

	Ger. 1950-1955		Ger. 1970-1975	
	Pai (n=494)	Mãe (n=499)	Pai (n=516)	Mãe (n=526)
Sem escolaridade	33,6%	46,5%	10,3%	12,5%
1º ciclo do ensino básico	58,5%	48,7%	67,4%	67,7%
2º e 3º ciclo do ensino básico	2,2%	1,2%	3,9%	3,4%
Ensino secundário	3,8%	3,0%	14,1%	10,6%
Ensino superior	1,8%	0,6%	4,3%	5,7%
Número médio de anos de escolaridade	2,8	2,1	4,9	4,6
Desvio-padrão	3,0	2,6	3,7	3,7

Fonte: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

Os progenitores dos nascidos entre 1970 e 1975 têm, na sua grande maioria, o 1º ciclo do ensino básico, o que correspondia à escolaridade obrigatória à época, correspondendo esse grau a apenas 4 anos de escolaridade. Embora em comparação com os pais dos nascidos na geração de 1950-1955 se observe a existência de mais indivíduos com famílias de origem com maiores recursos qualificacionais, ao nível do ensino secundário ou superior, estes não representam mais que 18,4% no caso dos pais e 16,3% no caso das mães. Observa-se ainda a existência de maior volume de capital escolar nos pais do que nas mães. Devemos relembrar a política do Estado Novo que, mesmo nas baixíssimas qualificações que promovia através do ensino público, fazia uma diferenciação de género que minorizava a importância do ensino das mulheres. Estamos pois perante duas gerações/coortes marcadas por uma aguda escassez de qualificações escolares e também por uma enorme desigualdade na sua distribuição.

Importância da Origem Social na Trajectória de Classe

Olhamos agora para a relação entre a origem social, aferida pelo indicador da classe social do grupo doméstico de origem, e a trajectória de classe de cada indivíduo. Faremos a leitura dos dados da tabela 3, comparando as trajectórias de classe de uma mesma origem nas duas gerações em análise, de forma a testar a nossa hipótese, que postula a existência de diferenças geracionais nos padrões de mobilidade social.

No caso dos indivíduos com origem em grupos domésticos de empresários, dirigentes e liberais observamos que, enquanto na geração nascida entre 1950 e 1955 a maioria seguia uma trajectória conducente à manutenção dessa posição de classe (35,5% seguia a trajectória EDL / TI), na geração nascida entre 1970 e 1975 a trajectória seguida pela maioria destes indivíduos é uma trajectória de maior qualificação escolar e de acesso a posições qualificadas (38,1%).

Relativamente aos inquiridos provenientes de famílias de quadros técnicos observamos que, na maioria dos casos e em ambas as gerações, seguem uma trajectória que os encaminha para a obtenção de maiores qualificações e reprodução dessa mesma posição (50% e 43,1%, respectivamente). No que diz respeito à geração nascida entre 1970-1975, estes resultados, lidos do ponto de vista de quem acede à trajectória dos profissionais técnicos e de enquadramento, confirmam os dados de Machado *et al.* (2003) que, no seu trabalho sobre os alunos que acediam ao ensino universitário, identificaram um duplo padrão de recrutamento de classe. Esse duplo padrão resulta da abertura e democratização do acesso ao ensino universitário, que se intensifica em meados dos anos 90. Por um lado, há uma dinâmica de reprodução da condição ou de mobilidade estacionária, patente no caso dos descendentes de PTE's. Por outro lado, há uma dinâmica de mobilidade ascendente, essencialmente por parte de filhos de EDL's e de TI's, que acedem ao ensino superior e por essa via posteriormente a empregos mais qualificados, colmatando um défice de capital escolar.

Ainda em relação aos inquiridos provenientes de famílias de PTE's verificamos um incremento do volume dos que seguem trajectórias EDL/TI (10% e 15%). Já a proporção dos indivíduos com esta origem de classe que segue trajectórias de emprego executante, que pode ser considerado como mobilidade de sentido descendente, não se altera significativamente entre as gerações (30% e 31%). Há um conjunto de interpretações possíveis para esta trajectória. Poderia ser interpretado, na linha das posições mais pessimistas de Villaverde Cabral (1998) ou de Bertaux (1977), como um resultado da “miragem” da mobilidade social pelo acesso às qualificações. A democratização do acesso a qualificações académicas mais elevadas teria como consequência a desvalorização das credenciais, não garantindo o acesso às posições qualificadas na estrutura ocupacional. Outras interpretações radicariam em explicações pelo mercado: por um lado, o mercado de trabalho não teria capacidade de absorção para os mais qualificados, em resultado de um desenvolvimento em ritmos desiguais do ensino qualificado e da estrutura produtiva do país; por outro lado, existiria uma desadequação entre o tipo de qualificações obtidas e as necessidades do mercado de trabalho.

Uma argumentação mais optimista seria a de que, com a modernização da sociedade, muitas profissões executantes requerem já um grau de qualificação assinalável (em anexo é possível ver que nesta geração os inquiridos que seguem a trajectória de empregados executantes tem carreiras escolares que se prolongam, na maioria dos casos, para além dos 20 anos de idade). Os dados também não indicam que o seguimento desta trajectória, por parte de filhos de PTE's, se tenha intensificado. Qualquer destas hipóteses explicativas carece de uma investigação mais detalhada e específica.

Entre os indivíduos provenientes de categorias sociais com menores recursos, a mobilidade pela via da qualificação é identificável, na geração de 1970-1975, junto dos descendentes de famílias de empregados executantes. Ainda que a maior parte siga uma trajectória que consubstancia a reprodução da condição dos seus pais (41% e 30% dos casos, respectivamente), observamos que na segunda geração cresce significativamente a proporção dos que seguem trajectórias de acesso a posições mais qualificadas (30%, anteriormente o valor era de 17,9%). Este facto resultará da acumulação de capital cultural, apesar de tudo mais abundante nestas famílias que em famílias de origem operária ou agrícola, e dos seus efeitos na valorização do ensino e na aquisição de capital escolar. Desta forma, os descendentes de empregados executantes distinguem-se e distanciam-se de indivíduos originários noutras categorias subordinadas como os operários, os assalariados agrícolas ou assalariados executantes em pluriactividade.

Tabela 3 - Relação entre origem social e trajectória de classe, por geração

		Classe do Grupo Doméstico de Origem									
		EDL (n=31)	PTE (n=20)	TI (n=39)	Tlpl (n=27)	AI (n=83)	Alpl (n=14)	EE (n=39)	OI (n=148)	AA (n=64)	AEpl (n=35)
Geração 1950- 1955	Trj. EDL/TI/AI	35,5%	10,0%	25,6%	14,8%	28,9%	28,6%	5,1%	14,2%	21,9%	14,3%
	Trj. Doméstica	6,5%	,0%	7,7%	11,1%	14,5%	21,4%	7,7%	6,1%	23,4%	14,3%
	Trj. PTE	16,1%	50,0%	12,8%	7,4%	4,8%	7,1%	17,9%	6,1%	,0%	2,9%
	Trj. OI	12,9%	10,0%	25,6%	40,7%	27,7%	28,6%	28,2%	49,3%	29,7%	42,9%
	Trj. EE	29,0%	30,0%	28,2%	25,9%	24,1%	14,3%	41,0%	24,3%	25,0%	25,7%
		EDL (n=63)	PTE (n=58)	TI (n=43)	Tlpl (n=20)	AI (n=34)	Alpl (n=6)	EE (n=50)	OI (n=156)	AA (n=19)	AEpl (n=74)
Geração 1970- 1975	Trj.EDL/TI/AI	15,9%	15,5%	11,6%	15,0%	23,5%	33,3%	16,0%	14,7%	21,1%	6,8%
	Trj.Doméstica	4,8%	1,7%	4,7%	5,0%	11,8%	,0%	2,0%	3,2%	10,5%	4,1%
	Trj.PTE	38,1%	43,1%	44,2%	,0%	8,8%	16,7%	30,0%	10,3%	,0%	9,5%
	Trj.OI	15,9%	8,6%	7,0%	40,0%	29,4%	16,7%	18,0%	48,7%	26,3%	29,7%
	Trj.EE	25,4%	31,0%	32,6%	40,0%	26,5%	33,3%	34,0%	23,1%	42,1%	50,0%

Fonte:: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

A situação dos indivíduos originários de famílias de trabalhadores independentes é mais diversa: na geração de 1950-1955 esses indivíduos seguiam maioritariamente trajectórias que levavam à ocupação de posições de empregado executante (28,2%), embora também fossem abundantes os casos de trajectos para o operariado (25,6%) ou para a reprodução da condição de independente (25,6%); já na geração de 1970-1975 a maioria dos inquiridos provenientes de famílias de origem com

essas características segue trajectórias de maior qualificação. Também neste caso, a reprodução directa da origem de classe numa trajectória com um destino similar é, aparentemente, menor na geração nascida em 1970-1975 do que era na geração de 1950-1955.

Os dados levam a considerar estarmos também aqui perante um fenómeno de reconversão do capital económico em capital escolar. A esse facto não serão alheias, por um lado, as alterações estruturais no acesso ao ensino qualificado, a essa época mais facilitadas, e por outro lado, alguma acumulação de recursos que a origem de classe numa categoria de trabalhador independente pode permitir. De facto, e em comparação com categorias de origem de trabalhadores independentes em pluriactividade (em que um dos ascendentes tem uma posição com menores recursos), os trabalhadores independentes em exclusivo distinguem-se claramente pelo seguimento da trajectória de maior qualificação. No caso dos originários em famílias de trabalhadores independentes em pluriactividade a norma é o seguimento de trajectórias de assalariamento menos qualificado (no operariado ou serviços, 40% em ambos os casos).

Relativamente aos inquiridos provenientes de famílias de origem compostas por *agricultores independentes* observamos que no, caso da geração de 1950-1955, estes seguiam preferencialmente a trajectória de EDL/TI/AI (28,9%), muito embora uma parte substancial siga a trajectória do assalariamento na indústria (27,7%). Na geração nascida entre 1970 e 1975 decresce o número daqueles que, vindos desta origem de classe, seguem uma trajectória de reprodução e intensifica-se o assalariamento (29,4% seguem trajectórias operárias e 26,5% trajectórias de emprego executante).

É importante notar que, em ambas as gerações, é muito reduzida a percentagem dos inquiridos originários de famílias de agricultores independentes que seguem trajectórias de escolarização mais longa e posterior inserção socioprofissional qualificada. Essa situação é ainda mais extremada em outros inquiridos de origem campestre. De facto, no caso dos indivíduos provenientes de famílias de origem de assalariados agrícolas não se identifica nem um caso em que estes sigam trajectórias de técnicos de enquadramento. Enquanto os homens descendentes de agricultores se tornam operários, as mulheres provenientes dessas famílias vão alimentar a trajectória das domésticas, em especial na geração de 1950-1955. Se por um lado, isso será consequência de uma maior previsibilidade dos recursos económicos disponíveis, por exemplo em situações de matrimónio com homens em situação de assalariamento industrial, por outro corresponde à adesão a um modelo tradicional de divisão do trabalho (pago/não pago), com maior subalternidade feminina, que era promovido institucionalmente.

Os inquiridos de origem exclusivamente operária são aqueles que seguem, em maior proporção, trajectórias que reproduzem a condição do grupo doméstico de origem. Independentemente da geração, na parte do curso de vida considerada, a proporção aproxima-se de metade (49,3% e 48,8% respectivamente na 1ª e 2ª geração consideradas). Aqui é possível discernir algum contraste entre as trajectórias de indivíduos de origem social operária homogénea e heterogénea. Se os inquiridos de origem exclusivamente operária (em que ambos os pais podem ter essa condição ou em

que o pai é operário e a mãe doméstica) seguem maioritariamente trajectórias que reproduzem essa condição, já no caso de famílias marcadas pelo operariado mas transclassistas (AEpl em que existe pluritactividade conjugando-se situações de operariado com emprego executante ou assalariamento) as trajectórias são diferenciadas geracionalmente. Na geração nascida entre 1950 e 1955, os indivíduos dessa origem seguiam maioritariamente uma trajectória ligada ao operariado (42,9%) mas na geração de 1970 – 1975 o trajecto mais comum é o de empregado executante (50%).

Estes resultados remetem-nos para diversos ensinamentos recolhidos na área da sociologia da educação, que se tem debruçado longamente sobre os aspectos que contribuem para o insucesso escolar dos indivíduos provenientes das classes populares, em particular nos rapazes (para uma revisão da literatura ver Seabra, 2009). Salientam-se diversos factores, com destaque para a importância das desigualdades sociais, em particular as diferenças no capital cultural, mas também a própria orientação, valorização e mobilização de recursos para o ensino dos descendentes, como via de mobilidade social.

A relação bivariada entre origens sociais e trajectórias de classe dá-nos algumas indicações das diferenças e semelhanças nos padrões de mobilidade social de cada uma das gerações mas também deixa no ar algumas interrogações. No sentido de perceber um pouco mais detalhadamente a natureza da relação entre estas variáveis, realizámos um conjunto de regressões logísticas entre a classe social do grupo doméstico de origem (variável independente) e a trajectória de classe entre os 18 e os 35 anos de idade (variável dependente).

Foram incluídas nos modelos de regressão outras variáveis independentes que, pelo exposto anteriormente, podem contribuir para uma melhor compreensão da mobilidade social. Desde logo a variável coorte/geração, central na nossa análise, bem como a variável género. Fazem ainda parte dos modelos o indicador socioeducacional de cada um dos progenitores, cuja introdução se justifica pela já referida importância dos capitais escolares.¹⁷ Recorremos ao número de anos de escolaridade (recolhidos de forma directa no inquérito e não inferidos a partir das qualificações), opção que consideramos mais vantajosa pois a distribuição empírica está concentrada nas categorias de escolaridade mais baixas, o que tornaria o procedimento impraticável.

Os resultados são apresentados na tabela 4, com recurso a *odds ratio* e significâncias associadas, para além da explicação global do modelo, com recurso à medida Nagelkerke, que faz uma aproximação ao R quadrado.¹⁸

¹⁷ No caso da trajectória das domésticas, o procedimento apenas incluía as mulheres. No modelo explicativo da trajectória dos profissionais e técnicos de enquadramento não foi considerada a origem de classe em famílias de assalariados agrícolas.

¹⁸ O odds ratio é uma forma de comparar a possibilidade de um determinado evento ocorrer na comparação entre dois grupos. Especificamente, o valor do odds ratio é obtido pela possibilidade do evento ocorrer a dividir pela possibilidade do mesmo não ocorrer: é um rácio de possibilidades ou um

É relativamente à trajectória dos operários industriais que o modelo explicativo se revela mais eficiente (Nagelkerke = 0,293). Olhando para os efeitos significativos constatamos que esta é uma trajectória essencialmente masculina, marcada por uma forte reprodução da origem social e para a qual contribui o baixo capital escolar de ambos os pais, muito em particular o das mães. O modelo também revela boas potencialidades explicativas relativamente à trajectória dos profissionais e técnicos de enquadramento (Nagelkerke = 0,286). Neste caso, os efeitos significativos sugerem que mais que mera reprodução da condição de origem, esta trajectória é influenciada positivamente por qualificações acima da média de ambos os pais. Naturalmente que os efeitos da abertura do acesso ao ensino superior se fazem sentir e por isso é uma trajectória mais característica da geração de 1970-1975. Mas confirma-se, como já anteriormente havia sido sugerido, ser esta uma trajectória que os descendentes de operários, de independentes ou assalariados executantes em pluriactividade têm baixas probabilidades de seguir, em comparação com outras categorias sociais.

Tabela 4 - Predictores das trajectórias de classe

	Regressão logístca (odds ratios)				
	Traj OI	Traj. PTE	Traj Doméstica	Traj EE	Traj EDL / TI
Capital escolar pai (anos escolaridade)	0,908*	1,136**	1,085	0,964	0,983
Capital escolar mãe (anos escolaridade)	0,815***	1,136**	0,826*	1,082*	0,973
Género Masculino ^a	4,259***	0,772	-	0,422***	1,388
Geração 1950-1955 ^b	0,818	0,621*	1,798*	0,918	1,125
CGDO - EDL ^c	0,718	0,741	1,396	0,692	2,164
CGDO - PTE ^c	0,689	0,525	0,506	0,588	1,754
CGDO - TI ^c	0,423*	1,56	1,238	0,877	1,606
CGDO - TIp ^c	2,185	0,164*	1,704	0,952	1,048
CGDO - AI ^c	0,636	0,39	2,386	0,716	2,420*
CGDO - Alpl ^c	0,501	0,804	3,233	0,426	2,655
CGDO - OI ^c	2,360**	0,383**	0,816	0,634	1,207
CGDO - AA ^c	0,72	-	3,807*	0,775	1,839
CGDO - AEpl ^c	1,575	0,255**	1,758	1,264	0,676
Nagelkerke	0.293	0,286	0,114	0,072	0,047

^a A categoria de referência para comparação é “Feminino”;

^b A categoria de referência para comparação é “Geração 1970-1975”;

^c A categoria de referência para comparação é “EE”

* $p < 0,05$; ** $p < 0,01$; *** $p < 0,001$

rácio dos rácios de probabilidades (Pampel, 2000). Valores acima de 1 significa que o evento é mais provável no primeiro grupo, valores inferiores a 1 indicam que é menos provável no primeiro grupo.

Em relação à trajectória das domésticas, o modelo tem um Nagelkerke de 0,114. Esta é uma trajectória sobretudo de mulheres descendentes de famílias em que havia assalariamento na agricultura, mais provável na geração de 1950-1955 do que na geração posterior. É importante notar que também neste caso a baixa escolaridade das mães contribuiu significativamente para que as filhas sigam esta trajectória.

O modelo explicativo revela-se menos eficaz, relativamente às restantes trajectórias. Ainda assim, é possível dizer que trajectória dos empregados executantes (Nagelkerke = 0,072) é essencialmente feminina e é influenciada (positivamente) pela escolaridade das mães (embora os recursos escolares tenham menor influência do que no caso da trajectória dos profissionais e técnicos de enquadramento). Por fim, relativamente à trajectória dos EDL/TI/AI (Nagelkerke = 0,047), o único efeito significativo diz respeito aos descendentes de agricultores independentes, que têm maior probabilidade de seguir esta trajectória do que qualquer outro grupo. Em relação a esta trajectória, o menor potencial explicativo do modelo será, entre outros factores, resultante da sua própria heterogeneidade.

Conclusão

O conjunto de resultados obtido permitiu confirmar, em traços gerais, as nossas hipóteses iniciais.

Observou-se a existência de padrões de mobilidade social diferenciados em cada geração, muito embora se encontrem semelhanças nas trajectórias identificadas, em termos da sequência de lugares de classe sucessivamente ocupados. As diferenças são patentes nas mudanças da importância relativa de cada tipo de trajectória, tanto em termos de geração como em função do género.

Na geração mais recente, observa-se uma redução substancial da trajectória do trabalho doméstico feminino e uma diminuição do acesso a trajectórias no operariado. A trajectória do operariado é suplantada, enquanto a mais frequente, pela trajectória de emprego executante. O crescimento do trabalho executante é alimentado sobretudo pelas mulheres. Mas, apesar da mutação da sua importância relativa, as trajectórias correspondentes a profissões com acesso a menos recursos materiais e destituídas de recursos de autoridade continuam a representar mais de dois terços do total.

Na última geração verificou-se também um crescimento substantivo das trajectórias que dão acesso a posições mais qualificadas. Embora o seu crescimento possa ser relacionado com alterações estruturais no próprio sistema de ensino superior, também neste caso são as mulheres que protagonizam as diferenças mais significativas. De facto, na geração de nascidos entre 1970-1975, as mulheres suplantam os homens no acesso à trajectória mais qualificante, ainda que a diferença seja marginal. Já a trajectória de empresários, dirigentes e independentes mantém-se dominada pelos homens. O seu decréscimo da primeira para a segunda geração parece ser resultante da heterogeneidade deste grupo, uma vez que também inclui os proprietários e trabalhadores agrícolas, fracções que se foram rapidamente esvaziando. A compreensão exacta desta trajectória implicará uma análise mais detalhada.

Sendo certo que a inserção profissional, ponto de acesso ao indicador socioprofissional de classe social, é determinante para as trajectórias, parece evidente que o mecanismo de reprodução das desigualdades opera a montante da mesma. Salientam-se diversas observações no que diz respeito ao efeito da classe social de origem nas trajectórias. Em ambas as gerações, predominam grupos domésticos com escassos recursos materiais, essencialmente com origem no operariado e em situações de assalariamento em pluriactividade (combinações entre emprego executante, operariado e agricultura). O número de famílias de origem que dependem do trabalho independente é relativamente baixo e é praticamente idêntico nas duas gerações. Na geração nascida em meados dos anos 70 existe um maior número de grupos domésticos com raiz no empresariado e em famílias de quadros. Apesar de existirem mais famílias de origem de quadros as qualificações escolares são extremamente baixas em ambas as gerações. São também desigualmente distribuídas em termos de género, com privilégio para os homens.

A desigual distribuição de recursos, materiais e escolares, é essencial para a compreensão das trajectórias de classe e da mobilidade social, muito embora se observem diferenças geracionais consideráveis nos mecanismos de reprodução das desigualdades. No caso dos descendentes de famílias de quadros, a norma é a reprodução da classe social, através de trajectórias de qualificação. Mas em relação aos oriundos de famílias de empresários e dirigentes a situação é diversa. Se na primeira geração analisada tendiam a reproduzir essa condição na trajectória de classe, na segunda geração os dados mostram o predomínio do acesso a posições mais qualificadas. Este facto pode ser indiciador de que o acesso a profissões qualificadas se foi tornando mais importante para manutenção e exercício de posições de autoridade.

Entre os oriundos em grupos sociais com menores recursos, também se observam fluxos de mobilidade pela via da qualificação. Tal ocorre essencialmente entre aqueles que provêm de famílias onde predomina o trabalho executante, em casos onde existe alguma acumulação de capital cultural. Pelo contrário, é entre os descendentes de operários que, com maior probabilidade, se observam trajectórias que conduzem à reprodução da situação dos pais, sobretudo no caso dos homens.

Este conjunto de resultados, em particular a diferença observada no acesso à trajectória de maior qualificação e acesso ao emprego técnico, confirmam que a uma igualdade teórica no acesso não corresponde, maquinalmente, uma “igualdade de oportunidades”. As profissões mais qualificadas, que sempre gozaram de prestígio social, passaram a fazer parte das aspirações e anseios de mobilidade dos progenitores e dos seus investimentos, materiais e outros, na educação dos filhos, sobretudo a partir do momento em que se tornaram relativamente mais acessíveis por via da expansão do ensino superior. Mas a verdade é que as substanciais diferenças no ponto de partida, em termos de classe social, tanto em termos de recursos materiais como educacionais, continuam a ser decisivas para explicar as trajectórias de classe. Um dos resultados substantivos mais relevantes desta investigação diz respeito à importância das qualificações escolares das mães nas trajectórias dos descendentes, que têm maior impacto que o nível qualificacional dos pais. Em comparação com o nível médio, quanto mais baixas as qualificações das mães mais verosímil a possibilidade dos descendentes seguirem trajectórias no operariado ou serem domésticas. Quando o nível educacional das mães é superior à média, é mais provável que os descendentes sigam trajectórias de emprego executante ou de trabalho mais qualificado. Se é verdade que os investimentos pedagógicos dos ascendentes serão diferenciados em função do *habitus* de classe social (Lahire, 2004), as diferenças na valorização das esferas do trabalho e da escola, manifestas em saídas precoces da escola para ingressar no mercado de trabalho, corresponderão também a necessidades objectivas.

Pelo relevo que as qualificações das mães têm nas trajectórias de classe dos descendentes, será importante aferir quais os efeitos que o maior sucesso das mulheres na educação terá futuramente na mobilidade social e na estrutura de classes portuguesa. Apesar da análise dos efeitos do grupo doméstico ser fundamental, pela mobilização de recursos que a família promove, os resultados

demonstram a importância de observar também os efeitos específicos dos recursos qualificacionais de cada um dos ascendentes. A assimetria de recursos entre os dois progenitores não é totalmente captável por qualquer indicador sintético da classe social de origem. Importará futuramente aferir acerca da influência da inserção profissional de ambos os progenitores, bem como explorar efeitos diferenciados de situações de homogamia vs. situações de heterogamia entre os progenitores.

Julgamos que se confirmou a pertinência de tratar diferenciadamente a condição de doméstica, na análise da dinâmica das posições de classe individual. Não se trata de uma reformulação da tipologia ACM, que é solidamente fundamentada em termos teóricos, mas antes de uma precisão que parece ter pertinência empírica. Sendo a presença das mulheres no mercado de trabalho a norma social nos tempos correntes, coloca-se o desafio de conciliar a análise do nível individual com a análise do nível familiar.

Naturalmente que a perspectiva que desenvolvemos tem diversas limitações. Em primeiro lugar, estamos apenas a analisar duas gerações, que entram na vida adulta em contextos sociais, políticos e económicos totalmente diferentes. Isso certamente contribuirá para exacerbar algumas diferenças. Importará alargar a análise a outras coortes, tanto mais jovens como mais velhas. Mas, por outro lado, a comparação das trajectórias no período entre os 18 e os 35 anos, tendo a vantagem de ser sincrónica no tempo de vida dos indivíduos, é naturalmente confinada a esse hiato de tempo. Esse facto poderá trazer alguns problemas quando comparamos as duas gerações, pois na segunda geração poderá haver algum desfasamento nos “tempos de vida”. Por exemplo, pela entrada mais tardia no mercado de trabalho daqueles que estudam até mais tarde. Convirá, em outra oportunidade, estabelecer pontos de comparação sincrónicos, ao longo do percurso de vida, bem como acompanhar trajectos mais longos.

Apesar de utilizarmos uma noção plural de capital, que se revelou indispensável para compreender os mecanismos de reprodução da desigualdade, bem evidentes tanto na sua dimensão económica como cultural (embora aferida apenas pelo capital escolar), o olhar que desenvolvemos não permite aferir acerca dos efeitos do capital social (em termos do seu volume, redes, processos de aquisição e manutenção) na reprodução da desigualdade social a um nível mais micro. Também fica por apreender a dimensão subjectiva dos processos de mobilidade social bem como a sua interligação com outras trajectórias (familiares, geográficas, escolares) e o impacto de eventos, pessoais e sociais, nas mesmas.

Bibliografia

- Aboim, Sofia (2011), “Família e mudança social em Portugal” em Karin Wall, Sofia Aboim e Mafalda Leitão, *Observatório das Famílias e das Políticas de Família - Relatório 2010*, Lisboa, OFAP.
- Abbott, A., & Tsay, A. (2000). Sequence Analysis and Optimal Matching Methods in Sociology. *Sociological Methods & Research*, 29, (1), pp. 3-33.
- Abbott, A. (2001) *Time Matters: On Theory and Method*, Chicago, Chicago University Press.
- Almeida, Ana Nunes de, Maria das Dores Guerreiro, Cristina Lobo, Anália Torres e Karin Wall (1998), “Relações familiares: mudança e diversidade”, em José Manuel Leite Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta.
- Almeida, Ana Nunes de (2003). “Família, conjugalidade e procriação: valores e papéis”, em Jorge Vala, Manuel Villaverde Cabral e Alice Ramos. (Eds.), *Valores sociais: mudanças e contrastes em Portugal e na Europa*. Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 50-98.
- Atkinson, Will (2010), “Introduction: from affluence to reflexivity” em *Class, Individualization and Late Modernity: in search of the reflexive worker*, Hampshire, Palgrave Macmillan.
- Babbie, Earl (1989), *The practise of social research*, Belmont, California Wadsworth Pub. Company.
- Barreto, António (org.) (1996), *A situação social em Portugal, 1960-1999*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- Bauman, Zygmunt (2000), *Liquid Modernity*, Cambridge, Polity Press.
- Beck, Ulrich (1992), *Risk Society*, London, Polity Press.
- Beck, Ulrich e Elisabeth Beck-Gernsheim (2002), *Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*, London, Sage.
- Bell, Daniel (1973), *Vers la société post-industrielle*, Paris, Robert Laffont.
- Bertaux (1977), *Destins personnels et structures de classe : pour une critique de l'anthroponomie politique*, Paris, PUF.
- Bertaux, Daniel e Edward Thompson (1997), “Introduction” em Daniel Bertaux e Edward Thompson (1997), *Pathways to Social Class. A Qualitative Approach to Social Mobility*, Oxford, Clarendon.
- Bihr, Alain e Roland Pfefferkorn (2008), *Le système des inégalités*, Paris, Ed. La Découverte.
- Blossfeld, H.-P. e A. Timm (Eds) (2003), *Who Marries Whom? Educational Systems as Marriage Markets in Modern Societies*, Dordrecht, Kluwer Academic Publishers.
- Raymond Boudon (2003), “Théorie du choix rationnel (TCR) ou modèle rationnel général (MRG)”, em Raymond Boudon (2003), *Raison, Bonnes Raisons*, Paris, PUF, pp. 19-55.
- Bourdieu, Pierre (1984) [1979], *Distinction: A Social Critique of the Judgement of Taste*, Cambridge, Harvard University Press.
- Bourdieu, Pierre. (1997), *Razões práticas: sobre a teoria da acção*, Oeiras, Celta.
- Bourdieu, Pierre 2002[1972], *Esboço de uma teoria da prática: precedido de três estudos de etnologia Cabila*, Oeiras, Celta.
- Breen, Richard (2007)., “Intergenerational mobility: core model of social fluidity“, em George Ritzer (Editor), *The Blackwell Encyclopedia of Sociology*, Oxford, Blackwell Publishing.
- Clark, Terry e Seymour M. Lipset (2001), “Are social classes dying?” em Terry Clark e Seymour M. Lipset, *The Breakdown of class politics: a debate in post-industrial stratification*, Washington, The Johns Hopkins University Press - Woodrow Wilson Center Press.

- Costa, António Firmino da (1999), *Sociedade de Bairro: Dinâmicas Sociais da Identidade Cultural*, Oeiras, Celta.
- Costa, António Firmino da, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, Fernando Luís Machado e João Ferreira de Almeida (2000), “Classes sociais na Europa”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 34, pp. 9-43.
- Crompton, Rosemary (2003), “*Class and Gender beyond the 'Cultural Turn'*”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 42, pp. 9-24.
- Crompton, Rosemary (2006), “Class and Family”, *The Sociological Review*, 54, (4).
- Crompton, Rosemary (2008), *Class and Stratification*, Cambridge, Polity Press, 2ª edição.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1998). *Classes e Desigualdades Sociais em Portugal*, Porto, Afrontamento.
- Estanque, Elísio e José Manuel Mendes (1999), “Análise de classes e mobilidade social em Portugal: Um breve balanço crítico”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 52/53.
- Estanque, Elísio (1999), *Classe e Comunidade num Contexto de Mudança*, Provas de Doutoramento em Sociologia, Coimbra, FEUC.
- Farinha Rodrigues, Carlos (coord.), Rita Figueiras e Vítor Junqueira (2011), *Desigualdades Sociais - Conclusões Preliminares*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos,
- Gabadinho, A., G. Ritschard, M. Studer and N. S. Müller (2008), *Mining sequence data in R with the TraMineR package: A user's guide*, University of Geneva.
- Giddens, Anthony (1997) *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta, 2ª edição.
- Goldthorpe, John H. et al. (1969), *The Affluent Worker in the Class Structure*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Goldthorpe, John H. e Robert Erikson (1992), *The Constant Flux: A Study of Class Mobility Industrial Societies*. New York, Clarendon Press.
- Grácio, Sérgio (1997), “A mobilidade social revisitada”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 24, pp. 45-69.
- Inglehart, Ronald (1997), *Modernization and Postmodernization*, Princeton, Princeton University Press.
- Lahire, Bernard (2004), *La culture des individus : dissonances culturelles et distinction de soi*, Paris, Editions La Découverte.
- Leandro, Maria (2008), “A família em questão. A família em revolução, a revolução da família em Portugal: 1974-2004”, em Anália Torres e Luís Baptista (orgs.), *Sociedades Contemporâneas, Reflexividade e Acção*, Porto, Afrontamento, pp.133-151.
- Lipset, Seymour Martin, Reinhard Bendix e Hans Zetterberg (1994) [1959], “Social Mobility in Industrial Society” em David B. Grusky (ed.), *Social Stratification in Sociological Perspective*, San Francisco, Westview Press.
- Machado, Fernando Luís e António Firmino da Costa (1998), “Processos de uma modernidade inacabada”, em José Manuel Viegas e António Firmino da Costa (orgs.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta, pp. 17-44.
- Machado, Fernando Luís, António Firmino da Costa, Rosário Mauritti, Susana da Cruz Martins, José Luís Casanova e João Ferreira de Almeida (2003), “Classes sociais e estudantes universitários: origens, oportunidades e orientações”, em *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, pp. 45-80.

- Marx, Karl e Friedrich Engels (1980) [1848], *Manifesto do Partido Comunista*, Maputo, Instituto Nacional do Livro e do Disco.
- Merllié, Dominique e Jean Prévot (1997), *La mobilité sociale*, Paris, Éditions La Decouverte.
- Montagner, Miguel Ângelo (2007), “Trajectórias e Biografias: notas para uma análise bourdieusiana”, *Sociologias*, Ano 9/17, pp. 240-264.
- Nisbet, Robert (1959), "The Decline and Fall of Social Class", *Pacific Sociological Review*, 2 (1).
- Nunes, Nuno (2008), “A sociologia das classes sociais na investigação sociológica em Portugal”, *CIES e-Working Papers* 48/2008.
- OCDE (2010), *Going for Growth 2010, A Family Affair: Intergenerational Social Mobility across OECD Countries*, disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/2/7/45002641.pdf>
- Pakulski, J. e M. Waters (1996), *The Death of Class*, London, Sage.
- Pampel, Fred C. (2000), *Logistic Regression, A Primer*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- Ritschard, G., A. Gabadinho, N.S. Müller, and M. Studer (2008), "Mining event histories: A social science perspective", *International Journal of Data Mining, Modelling and Management*. I, (1).
- Roldão, Cristina (2009), “Classes Sociais e Estratificação Social: Algumas notas sobre o desenvolvimento da publicação científica portuguesa num domínio específico da sociologia”, *CIES e-Working Papers* 68/2009.
- Savage, Mike (2000), *Class Analysis and Social Transformation*, Buckingham, Open University Press.
- Seabra, Teresa (2009), “Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 59, pp. 75-106.
- Silva, Manuel Carlos (2009), *Classes sociais. Condição objectiva, identidade e acção colectiva*, Ribeirão, Edições Húmus.
- Sorokin, Pitrim A. (1994) [1927], “Social and Cultural Mobility” em David B. Grusky (ed.), *Social Stratification in Sociological Perspective*, San Francisco, Westview Press.
- Therborn, Göran (2006), “Meaning, mechanisms, patterns, and forces: an introduction”, em Göran Therborn (ed.), *Inequalities of the World. New Theoretical Frameworks, Multiple Empirical Approaches*, London, Verso, pp. 1-58.
- Tilly, Charles (2005), “Historical perspectives on inequality”, em Mary Romero e Eric Margolis (eds.), *The Blackwell Companion to Social Inequalities*, Malden, Blackwell, pp. 15-30.
- Timm, Neil (2002), *Applied Multivariate Analysis*, New York, Springer-Verlag
- Villaverde Cabral, Manuel (1998), "Mobilidade social e atitudes de classe em Portugal", *Análise Social*, XXXIII (146-147), pp. 381-414.
- Wall, Karin (org.) (2005), *Famílias em Portugal*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 35-49.
- Wall, Karin (2007), “Atitudes face à divisão familiar do trabalho em Portugal e na Europa” em Karin Wall e Ligia Amâncio (Eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, pp. 211-257.
- Weber, Max (1995), “Classes, status e poder” em Manuel Braga da Cruz, *Teorias Sociológicas. Os fundadores e os clássicos – Antologia de Textos*, Lisboa, Gulbenkian, pp. 737-752.
- Wright, Erik Olin (1985), *Classes*, London, Verso.
- Wright, Erik Olin (1997), *Class Counts: Comparative Studies in Class Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press.

Anexos

Anexo A – Matrizes de Classificação dos Lugares de Classe

Matriz de Classificação dos Lugares de Classe Individuais – Indicador Socioprofissional de classe (Machado et al., 2003)

Classificação Portuguesa De Profissões		Patrão	TPCP/ TFNR	TCPO / MAC
1	Representantes dos poderes legislativo e executivo, directores e gestores executivos	EDL	EDL	EDL
2	Especialistas das actividades intelectuais e científicas	EDL	EDL	PTE
3	Técnicos e profissões de nível intermédio	EDL	EDL	PTE
4	Pessoal administrativo	EDL	TI	EE
5	Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	EDL	TI	EE
6	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	EDL	AI	AA
7	Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	EDL	TI	OI
8	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	EDL	TI	OI
9.Trabalhadores Não Qualificados				
9.1	Pessoal de limpeza	EDL	TI	EE
9.2	Trabalhadores não qualificados da agricultura, produção animal, pesca e floresta	EDL	AI	AA
9.3	Trabalhadores não qualificados da indústria extractiva, construção, indústria transformadora e transportes	EDL	TI	OI
9.4	Assistentes na preparação de refeições	EDL	TI	EE
9.5	Vendedores ambulantes (excepto de alimentos) e prestadores de serviços na rua	EDL	TI	EE
9.6	Trabalhadores dos resíduos e de outros serviços elementares	EDL	TI	EE

Legenda

Situação na Profissão

TPCP - Trabalhadores por Conta Própria;

TFNR - Trabalhadores Familiares Não Remunerados;

TCPO - Trabalhadores por Conta de Outrem;

MAC -. Membros Activos de Cooperativa.

Indicador socioprofissional

EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais;

PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento;

TI - Trabalhadores Independentes;

AI - Agricultores Independentes;

EE - Empregados Executantes;

OI - Operários Industriais;

AA - Assalariados Agrícolas.

Matriz de construção do indicador familiar de classe (Machado et al., 2003)

Mulher	Homem						
	EDL	PTE	TI	AI	EE	OI	AA
EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL	EDL
PTE	EDL	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE	PTE
TI	EDL	PTE	TI	TIpl	TIpl	TIpl	TIpl
AI	EDL	PTE	TIpl	AI	AIpl	AIpl	AIpl
EE	EDL	PTE	TIpl	AIpl	EE	AEpl	AEpl
OI	EDL	PTE	TIpl	AIpl	AEpl	OI	AEpl
AA	EDL	PTE	TIpl	AIpl	AEpl	AEpl	AA

Legenda:

EDL - Empresários, Dirigentes e Profissionais Liberais

PTE - Profissionais Técnicos e de Enquadramento

TI - Trabalhadores Independentes

TIpl - Trabalhadores Independentes Pluriactivos

AI - Agricultores Independentes

AIpl - Agricultores Independentes Pluriactivos

EE - Empregados Executantes

OI - Operários Industriais

AA - Assalariados Agrícolas

AEpl - Assalariados Executantes Pluriactivos

Anexo B – Tabelas e figuras adicionais

Tabela 1 – Classe Social do Pais

	Total		Gen 1950-1955		Gen 1970-1975	
	Pai	Mãe	Pai	Mãe	Pai	Mãe
Empresários, dirigentes e profissionais liberais (EDL)	8,4%	1,9%	6,1%	,8%	10,6%	3,0%
Profissionais técnicos e de enquadramento (PTE)	6,3%	4,6%	3,2%	1,2%	9,2%	7,9%
Trabalhadores independentes (Ti)	10,5%	5,4%	9,9%	6,2%	11,0%	4,5%
Agricultores Independentes (AI)	13,2%	5,3%	19,4%	7,8%	7,3%	2,8%
Empregados executantes (EE)	10,9%	15,9%	9,9%	8,2%	11,9%	23,5%
Operários (OI)	41,2%	10,3%	37,6%	8,8%	44,7%	11,8%
Assalariados agrícolas (AA)	9,5%	4,9%	13,9%	7,8%	5,2%	2,0%
Doméstica		51,8%		59,1%		44,6%

Fonte: Trajectórias Familiares e Redes Sociais, 2010

Figura 1 – Evolução do indicador socioprofissional de classe dos inquiridos por geração, entre os 18 e os 35 anos de idade

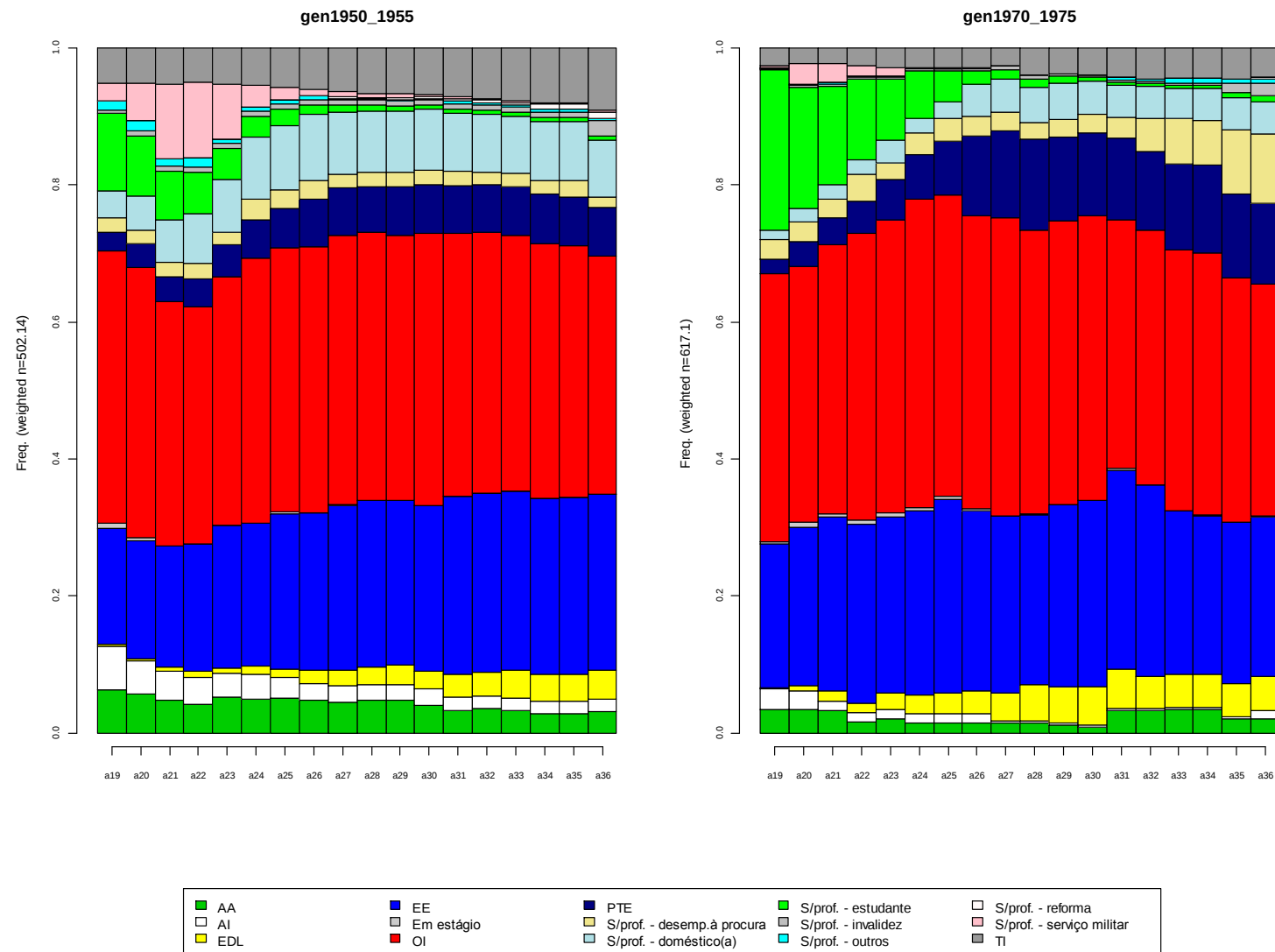
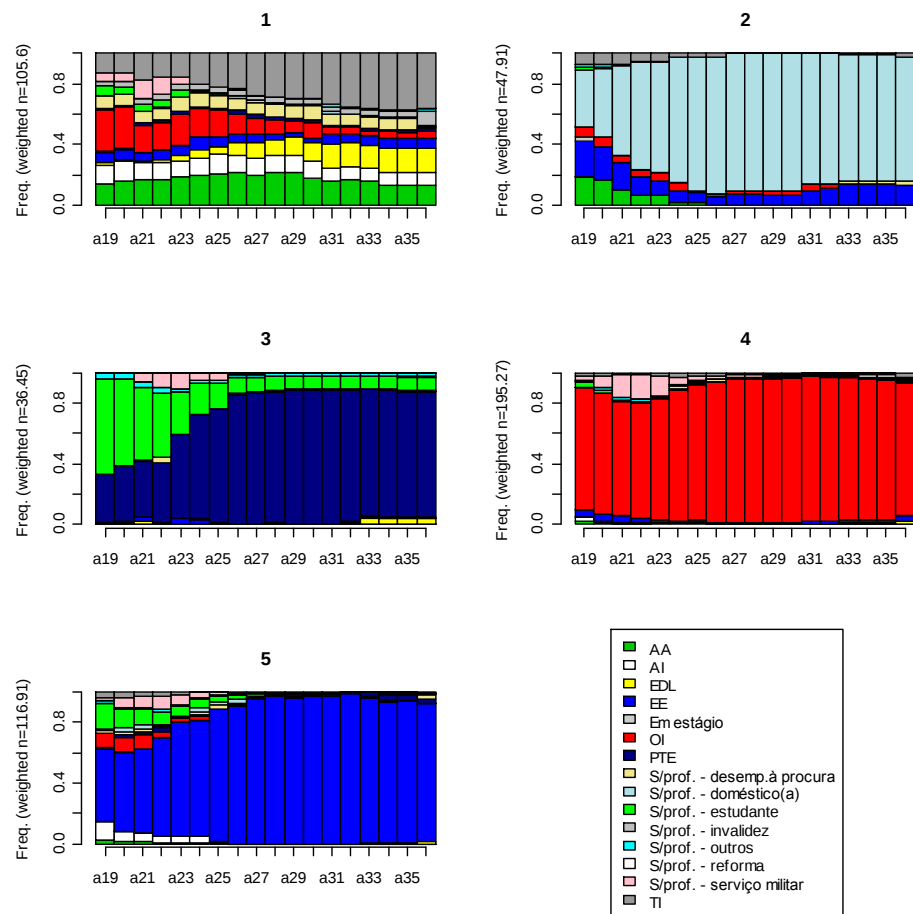


Figura 2 – Tipos de Trajectórias de Classe por geração, entre os 18 e os 35 anos de idade

Geração 1950-1955



Geração 1970-1975

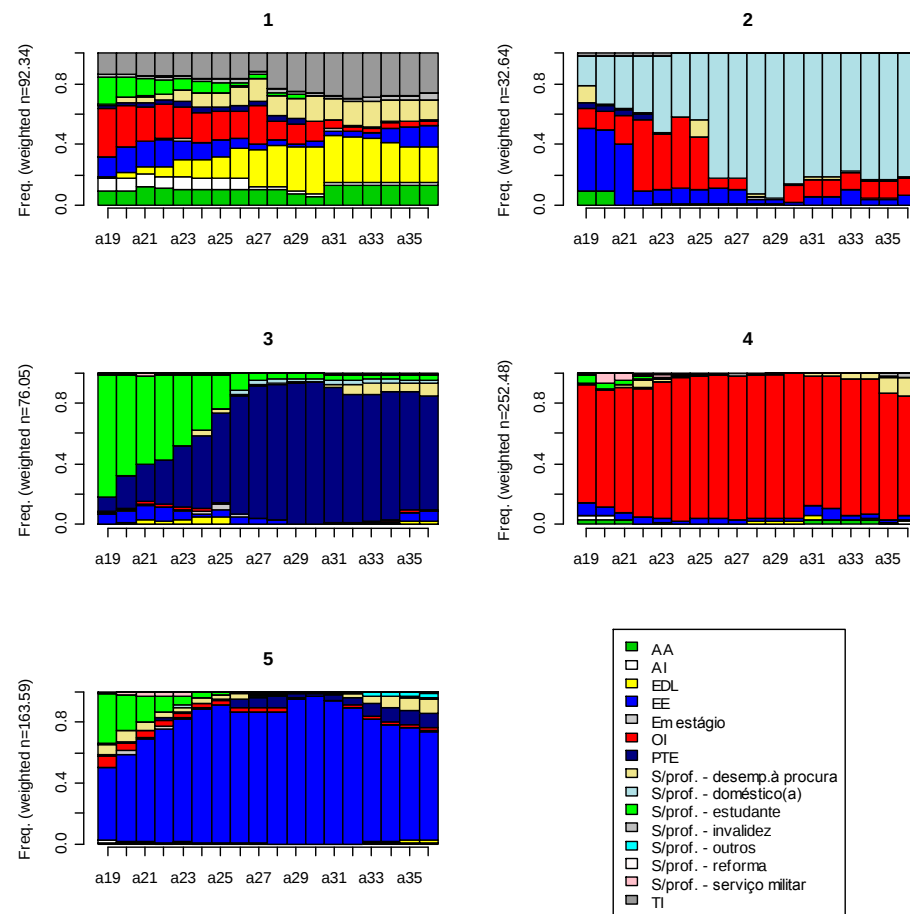


Figura 3 – Evolução do indicador socioprofissional de classe dos inquiridos nascidos na Geração 1950-1955

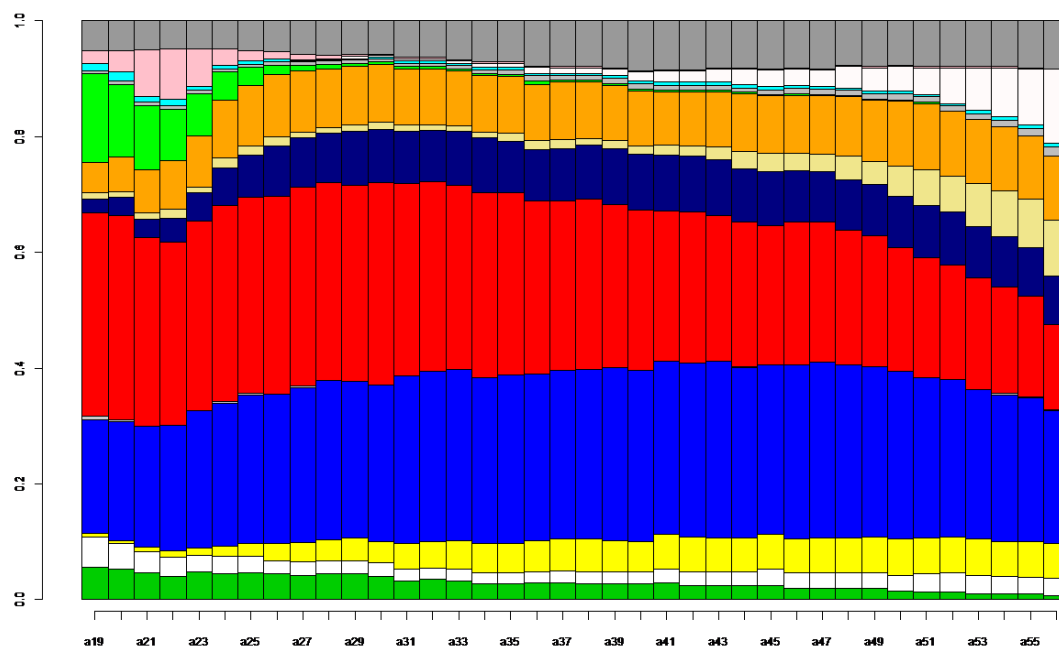
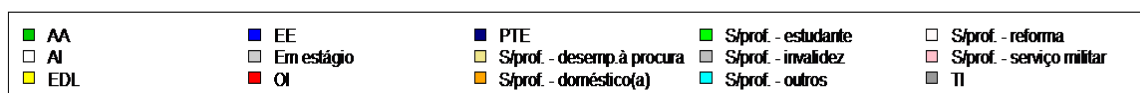
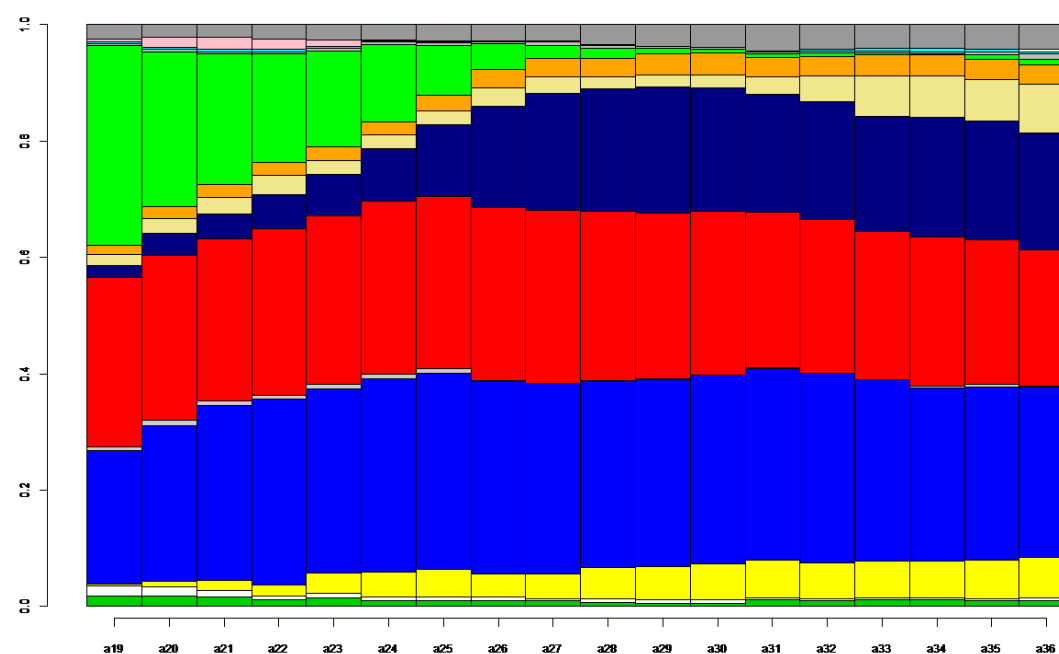


Figura 4 – Evolução do indicador socioprofissional de classe dos inquiridos nascidos na Geração 1970-1975



Anexo C – Inquérito por Questionário (apenas as partes utilizadas neste trabalho)

QUESTIONÁRIO Nº ‘ ____ ’ ____ ’ ____ ’ ____ ’

Bom dia / tarde/ noite. O meu nome é ... e sou entrevistador de uma empresa de estudos de mercado, a GfK Metris. Estamos a realizar juntamente com a Universidade de Lisboa um estudo sobre vários temas da vida das pessoas. Gostaria de lhe colocar algumas questões sobre si e a sua família, as actividades e interesses que foi tendo ao longo da vida, e as pessoas que fazem parte da sua vida. Todas as respostas são confidenciais e anónimas. Não existem respostas certas ou erradas.

REGISTAR A HORA DE INICIO DA ENTREVISTA: ‘ ____ ’ ____ ’ HORAS ‘ ____ ’ ____ ’ MINUTOS

“Para começar gostaria de lhe fazer algumas perguntas sobre si e a sua vida”

P.1 REGISTAR O SEXO DO ENTREVISTADO:

MASCULINO1
FEMININO2

P2 Qual a sua data de nascimento? (REGISTAR APENAS O MÊS E O ANO)

‘ ____ ’ ____ ’ MÊS ‘ ____ ’ ____ ’ ANO

(NÃO RESPONDE).....999

P.2a REGISTAR:

GERAÇÃO 1935-1940..... 1 → **PROSSEGUIR**
GERAÇÃO 1950-1955..... 2 → **PROSSEGUIR**
GERAÇÃO 1970-1975..... 3 → **PROSSEGUIR**
OUTRA 4 → **AGRADECER E TERMINAR**

PARTE A – TRAJECTÓRIAS E ACONTECIMENTOS

“As perguntas que se seguem são sobre a escola e os seus estudos”

A1 Qual o grau de escolaridade mais elevado que o Sr./Sra. frequentou, mesmo que não tenha concluído? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

A2 E qual o grau mais elevado que o Sr./Sra. completou? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

ENTREVISTADOR: COMPLETAR SIGNIFICA CONCLUIR O ANO LECTIVO COM SUCESSO/APROVAÇÃO

	Grau mais elevado que frequentou	Grau mais elevado que completou
Nenhum	1	1
1ª classe (1º ano escola primária)	2	2
2ª classe (2º ano escola primária)	3	3
3ª classe (3º ano escola primária)	4	4
4ª classe (4º ano escola primária)	5	5
5º ano (1º ano do liceu, escola industrial / comercial)	6	6
6º ano (2º ano do liceu, escola industrial / comercial)	7	7
7º ano (3º ano do liceu, escola industrial / comercial)	8	8
8º ano (4º ano do liceu, escola industrial / comercial)	9	9
9º ano (5º ano do liceu, escola industrial / comercial)	10	10
10º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	11	11
11º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	12	12
12º ano (7º ano do liceu, propedêutico, cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	13	13
Bacharelato (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	14	14
Licenciatura (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	15	15
Pós-Graduação	16	16
Mestrado	17	17
Doutoramento	18	18
(NÃO SABE)	88	88
(NÃO RESPONDE)	99	99

(...)

Gostaria agora que falasse sobre o que fez ao longo da vida: os momentos em que estudou, em que estudou e trabalhou ao mesmo tempo, as profissões que exerceu, as mudanças de emprego ou de categoria profissional, os períodos em que esteve em casa ou esteve desempregado(a), etc...

Comecemos pelo o que fazia quando tinha 7 anos.

A7 Qual era a sua situação – estudava, estudava e trabalhava ...? **(MOSTRAR LISTA 1 – REGISTRAR O CÓDIGO DA LISTA DE APOIO AO ENTREVISTADOR) (UMA SÓ RESPOSTA)**

A8 Qual era a sua profissão principal? Descreva detalhadamente o que fazia e a sua categoria profissional ou o cargo que exercia. **(EM SITUAÇÕES EM QUE O ENTREVISTADO REFERE DOIS EMPREGOS/TRABALHOS, PEDIR PARA SE REFERIR AO PRINCIPAL. DESCREVER DETALHADAMENTE!)**

A9 Quantas horas trabalhava por semana? **(AS HORAS DE TRABALHO INCLUEM HORAS DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIAS REMUNERADAS E NÃO REMUNERADAS SE O NÚMERO DE HORAS FOR VARIÁVEL AO LONGO DE UM CERTO PERÍODO NO EXERCÍCIO DE DETERMINADA PROFISSÃO/EMPREGO, PERGUNTAR EM MÉDIA O Nº DE HORAS DE TRABALHO POR SEMANA. O Nº DE HORAS DE TRABALHO NÃO INCLUI O HORÁRIO DE ALMOÇO. SE O ENTREVISTADO CONSIDERA QUE HOUE UMA MUDANÇA MUITO SIGNIFICATIVA DAS HORAS DE TRABALHO, POR EXEMPLO TRABALHAVA A TEMPO INTEIRO E PASSOU A TRABALHAR EM PART-TIME, PODE MUDAR DE LINHA)**

A10 Qual era a sua situação na profissão (trabalhava por conta de outrem, conta própria, era patrão, etc.)? **(MOSTRAR LISTA 2) (UMA SÓ RESPOSTA)**

A11 (FAZER APENAS PARA QUEM É PATRÃO) E quantos empregados tinha? **(SE O ENTREVISTADO É PATRÃO, PERGUNTAR O Nº DE EMPREGADOS)**

A12 (FAZER APENAS PARA QUEM NÃO É PATRÃO) E era responsável pelo trabalho de outras pessoas? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

A12.1 Se sim, quantas?

A13 (PERGUNTAR APENAS A QUEM TRABALHA POR CONTA DE OUTREM OU É FAMILIAR NÃO REMUNERADO) E qual era a sua situação contratual (sem contrato, com contrato limitado ou ilimitado)? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

A7a E que idade tinha quando mudou de actividade ou de profissão ou de categoria profissional? **(REGISTAR AS MUDANÇAS DE ACTIVIDADE, NA PROFISSÃO PRINCIPAL E NA CATEGORIA / CARGO PROFISSIONAL AO LONGO DA VIDA DO ENTREVISTADO ATÉ AO MOMENTO PRESENTE.)**

		FAZER APENAS PARA QUEM TRABALHAVA OU ESTÁ A TRABALHAR						
A7a IDADE	A7 SITUAÇÃO PERANTE O TRABALHO	A8 PROFISSÃO PRINCIPAL	A9 Nº HORAS/ SEMANA)	A10	A11 (REGISTAR O Nº EMPREGADOS)	A12 RESPONSÁVEL	A12.1 Nº PESSOAS DE QUEM ERA RESPONSÁVEL	A13 TIPO DE CONTRATO
7 ANOS	‘ , , — — ,	_____ _____ _____	‘ , , — — ,	Conta de outrem 1 Conta própria 2 Familiar não renumerado 3 Patrão/ Empregador 4 (NÃO SABE) 8 (NÃO RESPONDE) 9	‘ , , , , — — — — ,	Sim 1 Não 2	‘ , , — — ,	Sem contrato 1 Contrato limitado 2 Contrato ilimitado ... 3 Outra situação 4 (NÃO SABE) 8 (NÃO RESPONDE) 9
‘ , , — — , ANOS	‘ , , — — ,	_____ _____ _____	‘ , , — — ,	Conta de outrem 1 Conta própria 2 Familiar não renumerado 3 Patrão/ Empregador 4 (NÃO SABE) 8 (NÃO RESPONDE) 9	‘ , , , , — — — — ,	Sim 1 Não 2	‘ , , — — ,	Sem contrato 1 Contrato limitado 2 Contrato ilimitado ... 3 Outra situação 4 (NÃO SABE) 8 (NÃO RESPONDE) 9

(Continuar quantas vezes for necessário)

FAZER APENAS PARA QUEM TRABALHAVA OU ESTÁ A TRABALHAR	
---	--

A14 Agora gostaria de falar sobre as tarefas domésticas. Sem contar com os cuidados às crianças e as actividades de tempos livres, em média, por semana, quantas horas gasta a fazer tarefas domésticas actualmente (inclui dias da semana e do fim-de-semana) ?

‘ ____ ’ ____ ’ HORAS

(NÃO SABE).....88
(NÃO RESPONDE).....99

(..)

A24 E qual é o grau de escolaridade do seu cônjuge / companheiro(a)? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

ENTREVISTADOR: REGISTRAR O GRAU DE ESCOLARIDADE QUE COMPLETOU. COMPLETAR SIGNIFICA CONCLUIR O ANO LECTIVO COM SUCESSO/APROVAÇÃO
--

Nenhum.....	1
1ª classe (1º ano escola primária).....	2
2ª classe (2º ano escola primária).....	3
3ª classe (3º ano escola primária)	4
4ª classe (4º ano escola primária)	5
5º ano (1º ano do liceu, escola industrial / comercial)	6
6º ano (2º ano do liceu, escola industrial / comercial)	7
7º ano (3º ano do liceu, escola industrial / comercial)	8
8º ano (4º ano do liceu, escola industrial / comercial)	9
9º ano (5º ano do liceu, escola industrial / comercial)	10
10º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	11
11º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	12
12º ano (7º ano do liceu, propedêutico, cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	13
Bacharelato (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	14
Licenciatura (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	15
Pós-Graduação	16
Mestrado	17
Doutoramento	18
(NÃO SABE)	88
(NÃO RESPONDE)	99

A25 Qual é/era a condição perante o trabalho do seu cônjuge/companheiro (ex está a trabalhar, a estudar, a trabalhar e a estudar, reformado(a), ...)? **(MOSTRAR LISTA 3) (UMA SÓ RESPOSTA)**

ENTREVISTADOR: NO CASO DO ENTREVISTADO JÁ NÃO VIVER COM ESSE CÔNJUGE/COMPANHEIRO, PEDIR PARA REFERIR A CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO DO CÔNJUGE/COMPANHEIRO AO LONGO DO ÚLTIMO ANO EM QUE VIVERAM JUNTOS.

A trabalhar	1
Em estágio / formação profissional	2
A trabalhar, mas em situação de instabilidade, com períodos de desemprego	3
A estudar e a trabalhar ao mesmo tempo	4
A estudar e a trabalhar ocasionalmente (por exemplo, trabalhar nas férias)	5
A estudar	6
À procura do primeiro emprego	7
Desempregado(a) (sem trabalho).....	8
Doméstica (sem trabalho pago)	9
Reformado(a) (sem trabalho pago).....	10
Reformado(a), e a trabalhar	11
Sem trabalho, motivo de doença e / ou invalidez permanente.....	12
De baixa prolongada.....	13
A cumprir serviço cívico ou militar	14
Outra situação, Qual?	15
(NÃO SABE).....	88
(NÃO RESPONDE).....	99

A26 Qual é/era a profissão principal do seu cônjuge/companheiro(a)? Por favor, descreva detalhadamente a sua actividade.

ENTREVISTADOR: NO CASO DE TER FALECIDO OU JÁ NÃO ESTAR A TRABALHAR (DESEMPREGADO; REFORMADO...), REFIRA-SE À ÚLTIMA PROFISSÃO QUE TEVE. DESCREVER DETALHADAMENTE!

(SE NUNCA TRABALHOU).....1 → **A32**

A27 E qual é/era a situação na profissão do seu cônjuge / companheiro(a) (ex. trabalha/trabalhava por conta de outrem, conta própria...)? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

- Conta de outrem1 → **A29**
- Conta própria ou isolado2 → **A29**
- Familiar não remunerado.....3 → **A29**
- Patrão / Empregador4 → **A28**
- (NÃO SABE).....8 → **A31**
- (NÃO RESPONDE).....9 → **A31**

(PERGUNTAR APENAS SE O CÔNJUGE/COMPANHEIRO É/ERA PATRÃO / EMPREGADOR, CÓDIGO 4 NA A27)

A28 E quantos empregados tem/tinha?

- Nº de empregados..... ‘ ____ ’ ____ ’ ____ ’ ____ ’ → **A31**
- (NÃO SABE) 88 → **A31**
- (NÃO RESPONDE)..... 99 → **A31**

(PERGUNTAR APENAS SE O CÔNJUGE/COMPANHEIRO TRABALHA OU TRABALHAVA POR CONTA DE OUTREM, CONTA PRÓPRIA OU É/ERA FAMILIAR NÃO REMUNERADO, CÓDIGO 1, 2, 3 NA A27)

A29 E é/era responsável pelo trabalho de outras pessoas? Se sim, quantas?

- Nº de pessoas..... ‘ ____ ’ ____ ’ ____ ’ ____ ’
- (NÃO SABE) 88
- (NÃO RESPONDE)..... 99

ENTREVISTADOR: SE O CÔNJUGE/COMPANHEIRO NÃO É/ERA RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DE OUTRAS PESSOAS, REGISTRAR 0.

(PERGUNTAR APENAS SE O CÔNJUGE/COMPANHEIRO TRABALHA OU TRABALHAVA POR CONTA DE OUTREM OU É/ERA FAMILIAR NÃO REMUNERADO, CÓDIGO 1, 3 NA A27)

A30 E qual é/era a situação contratual do seu cônjuge / companheiro(a)? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

- Sem contrato 1
- Contrato de duração limitada (não permanente / a termo)..... 2
- Contrato de duração ilimitada (permanente / sem termo)..... 3
- Outra situação (por ex. bolsa, contratos de teste, estágios), Qual? 4
- (NÃO SABE) 8
- (NÃO RESPONDE)..... 9

(...)

PARTE E – CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA

(...)

E2 Qual o grau de escolaridade dos seus pais? (UMA SÓ RESPOSTA POR COLUNA)

ENTREVISTADOR: REGISTRAR O GRAU DE ESCOLARIDADE QUE COMPLETOU. COMPLETAR SIGNIFICA CONCLUIR O ANO LECTIVO COM SUCESSO/APROVAÇÃO

	A	B
	PAI	MÃE
Nenhum	1	1
1ª classe (1º ano escola primária)	2	2
2ª classe (2º ano escola primária)	3	3
3ª classe (3º ano escola primária)	4	4
4ª classe (4º ano escola primária)	5	5
5º ano (1º ano do liceu, escola industrial / comercial)	6	6
6º ano (2º ano do liceu, escola industrial / comercial)	7	7
7º ano (3º ano do liceu, escola industrial / comercial)	8	8
8º ano (4º ano do liceu, escola industrial / comercial)	9	9
9º ano (5º ano do liceu, escola industrial / comercial)	10	10
10º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	11	11
11º ano (cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	12	12
12º ano (7º ano do liceu, propedêutico, cursos médios ou técnico-profissionais equivalentes ao secundário)	13	13
Bacharelato (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	14	14
Licenciatura (ensino superior universitário, politécnico ou equivalente pós-secundário)	15	15
Pós-Graduação	16	16
Mestrado	17	17
Doutoramento	18	18
(NÃO SABE)	88	88
(NÃO RESPONDE)	99	99

E3 E ao longo da vida, qual foi a principal condição perante o trabalho do seu pai (ex. foi trabalhador remunerado, trabalhador não remunerado, esteve em casa...)? (UMA SÓ RESPOSTA)

- Trabalhador remunerado 1 → E4
- Trabalhador familiar não remunerado (negócio familiar, na agricultura, etc.) 2 → E4
- Doméstico, em casa a fazer actividades domésticas 3 → E9
- Sem trabalho, desempregado 4 → E9
- Não trabalhou por motivo de doença e/ou invalidez permanente 5 → E9
- Outra situação. Qual? _____ 6 → E9
- (NÃO SABE) 88 → E9
- (NÃO RESPONDE) 99 → E9

E4 Qual é/era a profissão ou a actividade principal do seu pai? Por favor, descreva detalhadamente a sua profissão/ actividade.

ENTREVISTADOR: NO CASO DE JÁ TER FALECIDO OU DE NÃO ESTAR A TRABALHAR ACTUALMENTE (DESEMPREGADO; REFORMADO...), REFIRA-SE À ÚLTIMA PROFISSÃO QUE TEVE. DESCREVER DETALHADAMENTE!

E5 E qual é/era a situação na profissão do seu pai (ex. trabalhava por conta de outrem, por conta própria, patrão ...)? (UMA SÓ RESPOSTA)

- Conta de outrem 1 → E7
- Conta própria 2 → E7
- Trabalhador familiar não remunerado 3 → E7
- Patrão 4 → E6
- (NÃO SABE) 8 → E9
- (NÃO RESPONDE) 9 → E9

(PERGUNTAR APENAS SE O PAI É/ERA PATRÃO, CÓDIGO 4 NA E5)

E6 E quantos empregados tem/ tinha?

- Nº de empregados ‘ ____ ’ ____ ’ ____ ’ ____ ’ → E9
- (NÃO SABE) 888 → E9
- (NÃO RESPONDE) 999 → E9

(PERGUNTAR APENAS SE O PAI TRABALHA OU TRABALHAVA POR CONTA DE OUTREM, CONTA PRÓPRIA OU É/ERA FAMILIAR NÃO REMUNERADO, CÓDIGO 1, 2, 3 NA E5)
E7 E o seu pai é/era responsável pelo trabalho de outras pessoas? Se sim, quantas?

Nº de pessoas..... ‘ ____ ’ ____ ’ ____ ’ ____ ’
(NÃO SABE)..... 888
(NÃO RESPONDE)..... 999

ENTREVISTADOR: SE O PAI NÃO É/ERA RESPONSÁVEL PELO TRABALHO DE OUTRAS PESSOAS, REGISTRAR 0.

(PERGUNTAR APENAS SE PAI TRABALHA OU TRABALHAVA POR CONTA DE OUTREM OU É/ERA FAMILIAR NÃO REMUNERADO, CÓDIGO 1, 3 NA E5)
E8 E qual é/era a situação contratual do seu pai? **(UMA SÓ RESPOSTA)**

Sem contrato.....1
Contrato de duração limitada (não permanente / a termo).....2
Contrato de duração ilimitada (permanente / sem termo).....3
Outra situação (por ex. bolsa, contratos de teste, estágios), Qual?4
(NÃO SABE).....8
(NÃO RESPONDE).....9

QUESTÕES E3 A E9 REPETIDAS PARA A MÃE.